



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 25 - Nº 489 - DE 05 A 19 DE DEZEMBRO DE 2014 - R\$ 3,00

Dilma entrega a política econômica a agentes do PSDB

**Oposição revolucionária
ao governo burguês
de Dilma Rousseff (PT)**

**Por uma plataforma de reivindicações
de defesa da vida dos explorados
que erga um movimento nacional
de luta unitária contra
os capitalistas e seus governos**

Oposição revolucionária a Dilma

Oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff (PT)

O Partido Operário Revolucionário, desde que rompeu com o PT, por considerá-lo como instrumento de dominação da burguesia, nunca apoiou a sua chegada ao poder do Estado e levantou a bandeira de Oposição Revolucionária ao Governo de Lula. O mesmo ocorreu sob o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Agora, com a reeleição e com o novo ministério econômico entregue abertamente ao capital financeiro, não há mais como o PT ocultar o conteúdo burguês de sua política e de seus governos.

Não há nada de estranho ou excepcional o fato de Dilma Rousseff colocar à frente do comando do Estado um Joaquim Levy. Dispensamos reproduzir a biografia deste serviçal dos banqueiros. Lula já havia demonstrado a flexibilidade do PT em se adaptar a situações em que as diretrizes do grande capital têm de ser aplicadas sem contestação. O seu primeiro ministro da Fazenda Antonio Palocci foi escolhido a dedo para cumprir a “Carta aos Brasileiros”, assinada por Lula, cujo compromisso foi o de não violar o funcionamento do capitalismo, de manter intactos os interesses do grande capital e o de dirigir o Estado como instrumento da ditadura de classe dos exploradores sobre os explorados. Os Levys não são estranhos às hostes petistas e nem forasteiros à sua política de administração do Estado burguês.

Quando o POR levantou a bandeira de Oposição Revolucionária ao Governo de Lula, havia o temor em toda esquerda de contrariar o apoio dos explorados ao caudilho metalúrgico de São Bernardo. O PT estava em alta, ostentando a bandeira da democratização do Estado, da constituição de um governo democrático e popular, da desoligarquização do Congresso Nacional, da ética na política, do desenvolvimento sustentável com distribuição de renda, da rejeição ao predomínio do capital financeiro sobre as diretrizes da política econômica, da inclusão social e da autonomia do Brasil diante das potências. Não demorou a se evidenciar a face capitalista do governo petista, antioperária e antipopular. Mas não para as massas, embaladas pela esperança de mudanças, pelos programas assistenciais, pelas “políticas afirmativas”, pelo crescimento econômico, pela redução da taxa de desemprego e pelo aumento real do salário mínimo.

A oposição revolucionária implicou nadar na contracorrente. Como rechaçar a política de cotas? Como se contrapor ao ProUni, Fies, etc.? Como denunciar o miserável aumento do salário mínimo? Como desmascarar o assistencialismo burguês? Como combater a farsa da inclusão social, das políticas afirmativas? Os capitalistas ganhavam muito na situação de crescimento. O imperialismo, utilizando-se da ONU, impulsionava a diretriz de redução da fome e da miséria no mundo por meio do assistencialismo dos governos semicoloniais. Estava bem de acordo com o impotente reformismo pequeno-burguês do PT. Servia-lhe de estímulo à prática do colaboracionismo de classe.

A oposição revolucionária significou preservar a inde-

pendência ideológica do proletariado, levantar o programa próprio de reivindicações, impulsionar qualquer manifestação dos explorados colocando-a sob a estratégia do governo operário e camponês, enfrentar a burocracia pró-capitalista e pró-governamental. Os explorados passam por ilusões e as superam por meio de experiências próprias. Mas é necessário que a realizem sob uma direção revolucionária, para que possam não apenas reconhecer a traição dos petistas como também avançar com sua organização partidária. Caso não seja esse o caminho, os explorados acabam se colocando sob a influência de outra variante hegemônica da burguesia. É o que acaba de ocorrer com o deslocamento de um grande contingente dos oprimidos sob os apelos eleitorais para o PSDB.

O PT ganhou as eleições, mas saiu politicamente derrotado. Dilma reconheceu no meio da disputa que estava disposta a ceder quando declarou perante a burguesia que poria para correr seu ministro da Fazenda, Guido Mantega, e formaria um novo ministério que direcionasse a política econômica de acordo com as condições da crise. O que significou admitir que traria para o novo governo homens ligados diretamente aos banqueiros, que condicionariam as diretrizes econômicas à dívida pública, ao pagamento do gigantesco montante de juros, ao avanço das privatizações, à contenção da intervenção do Estado e à primazia do capital financeiro privado.

Caso Joaquim Levy tenha como fazer a mudança pretendida pelo grande capital, as massas pagarão caro. Estarão sujeitas à tese de que o aperto fiscal e a consequente recessão são necessários para uma retomada futura do crescimento. Os banqueiros e toda sorte de especuladores terão garantidos seus ganhos, enquanto os explorados arcarão com demissões em massa, aumento do desemprego e reduções nos salários.

Mas para aplicar as medidas antioperárias e antipolares, Dilma e sua nova turma “neoliberal” terão de se livrar da luta de classes. Necessitará da passividade do proletariado, dos camponeses e de setores da pequena burguesia urbana. Conta para isso com o franco apoio da burocracia sindical da CUT e com o consentimento da Força Sindical. Esse é o ponto obscuro da situação. Os explorados reagirão diante dos ataques? Romperão a camisa de força da burocracia sindical e do PT? Junho de 2013 indicou a existência de uma tendência de luta das massas. Tudo indica que permanece. Trata-se de nela se apoiar para resistir à ofensiva antioperária e popular.

O conteúdo da Oposição Revolucionária ao Governo Dilma ganhará concretude no movimento de resistência operária e popular. As respostas diárias às medidas ditadas por Dilma/Levy mostrarão o caminho do combate aos explorados. O maior obstáculo para cumprir essa tarefa está no caráter embrionário do Partido Operário Revolucionário. É necessário avançar a sua construção para potencializar a luta de classes. A firme oposição revolucionária ao novo governo burguês do PT no seio da luta dos explorados criará as condições para avançar na construção do partido da revolução proletária.

PT sai em defesa das decisões de Dilma Rousseff

Não se deve esperar nenhuma coerência do PT. É um partido que se aburguesou, assumiu características oligárquicas, típicas dos partidos burgueses no Brasil, e apodreceu nos braços de grupos econômicos. Mas não se deve deixar de mostrar as incoerências, típicas do oportunismo e do arrivismo. O PT ainda influencia os explorados. Detém um grande poder sobre o sindicalismo e movimentos. Graça à ascendência sobre a classe operária e os camponeses pôde chegar ao comando do Estado, servir à burguesia e preservar seu maior bem histórico, que é a ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria explorada e oprimida.

A virada de Dilma Rousseff entregando os ministérios econômicos a representantes do capital financeiro causou num primeiro momento um clamor nas hostes petistas – Oh! Como Dilma pode iniciar o governo fazendo o contrário do prometido nas eleições! Mas o estupor não chegou a ruborizar as caras dos petistas. Foi um desabafo de quem prometeu as mesmas coisas e atacou duramente o anúncio de Aécio que colocaria no comando da economia Armínio Fraga, conhecido por seus vínculos com banqueiros, financistas, credores internacionais, enfim, com a entidade chamada mercado de capitais. Joaquim Levy e Armínio Fraga formam uma mesma pessoa, um mesmo serviço do capital parasitário. Oh! Dilma e o PT malharam o Judas e agora o trazem vivinho, sem um arranhão, para dentro do novo governo! São apenas clamores de gente acostumada a mentir e a falsear para os explorados.

Não é o PT que fez a escolha, mas exclusivamente Dilma Rousseff, que é do PT, mas está acima do PT, porque foi eleita pelo povo e porque deve responder ao mercado financeiro. Os petistas há muito não têm sangue para avermelhar a cara, nem mesmo para rosá-la. A última gota do líquido vital se esvaiu quando Lula assinou a Carta aos Brasileiros, colocou o Palocci na Fazenda, o mesmo Joaquim Levy na chefia do Tesouro e Henrique Meirelles no comando do Banco Central. O recado de Lula foi claro: assinei a Carta, cumpro-a com um governo subalterno ao grande capital e tudo que falei contra as medidas neoliberais de Fernando H. Cardoso são águas passadas. Por que então Dilma não poderia fazer o mesmo? Um pouco mais descarado, é certo, dadas às condições econômicas e políticas, mas igual na essência.

Os petistas têm perfeita noção de que foi Lula quem orientou Dilma a por escoras em seu governo desfazendo-se de Guido Mantega e anunciando que faria uma virada na política econômica. Somente não deveria expor o conteúdo da virada porque senão se confundiria com Aécio Neves/Armínio Fraga. Assim era esperado que o Diretório Nacional do PT montasse um palco para desfazer o clamor e dar uma satisfação às

baratas tontas. As bases petistas sentiram a bordoadada. Muitos seguem os arrivistas em função de algumas migalhas assistenciais, da demagogia antirracista, anti-homofóbica, anti-machismo e muitos outros anti.

O que Dilma foi fazer na reunião do Diretório Nacional? Dizer que sua governabilidade dependia de colocar a condução econômica nas mãos dos Levys. Eis o fundamental de seu discurso: “O PT tem maturidade e hoje, depois de todo esse período, sabe que precisamos ter legitimidade e governabilidade”. A “legitimidade” não é dada pelos milhões de votos que decidiram a seu favor e contra o adversário. Se fosse, deveria manter o rechaço aos Armínios. A “legitimidade” diz respeito a quem, perante que força, que classe social? Não é preciso esforço para encontrar a resposta. Perante os credores, os banqueiros, o mercado de capitais, as agências imperialistas de classificação de risco, à classe burguesa. A “legitimidade” de qualquer governo burguês somente pode ser dada pela própria burguesia. As massas nas eleições não passam de instrumento das disputas interburguesas. É isso que foi dito por Dilma nas entrelinhas. Confessou sua derrota política. A maioria dos brasileiros a elegeu, mas a fração mais poderosa da burguesia estava com Aécio. A vitória eleitoral foi dada pelos explorados. A derrota política, pela reprovação da fração dominante burguesa. Dilma, para governar, não recorre às massas, mas à oligarquia capitalista.

Há outro aspecto do discurso de Dilma que também é fundamental. Eis: “Temos de estar unidos. Eu preciso do protagonismo de todos vocês e neste protagonismo destaco o PT.” Os ouvidos da cúpula que dirige o PT estavam bem preparados para receber qualquer explicação. Dilma convocou o PT a se perfilar por trás de uma decisão tomada entre quatro paredes no Palácio do Planalto, seguindo os “conselhos” de Lula. Sua função será a de mover seu braço sindical (CUT, sindicatos) e seus aliados (MST, MTST) a sufocar o descontentamento que crescerá no seio dos explorados.

Nota-se que os petistas estão preocupados com a governabilidade. Esta depende de a burguesia aprovar a vitória eleitoral de Dilma. Mas será a luta de classes que ditará a palavra final. O primeiro passo foi dado pela camarilha que decidiu dar poderes aos Levys. A burguesia aplaudiu. Velhos adversários pediram um voto de confiança à direita inflexível. Não se trata de apoiar Dilma, mas de fazer valer as decisões dos Levys. O segundo passo é o de unificar o PT e seus aliados para que sustentem Dilma. Essa é a fórmula montada. O proletariado terá de explodi-la, caso não queira suportar duros sacrifícios. O caminho é o de se erguer em um poderoso movimento de Oposição Revolucionária ao governo Dilma/Levy.

Governo “em disputa”

Rui Falcão, presidente do PT, argumentou que o segundo mandato de Dilma se caracteriza por um “governo em disputa”. Em suas palavras: “Um governo de coalizão é um governo de disputa. Nós disputamos espaço assim como outros partidos também o disputam. O fundamental é que a presidente da República é filiada ao PT.”

“Governo em disputa” é a reprodução da velha cantilena

das esquerdas petistas, entre elas, os revisionistas que desgraçadamente ainda se dizem trotskistas. A frase serviu para justificar a adaptação dos oportunistas ao governo burguês do PT. O que explica por que sempre ocultaram o conteúdo de classe do governo Lula e Dilma. Agora, serve a Rui Falcão para justificar a capitulação sem atenuante do PT às pressões do capital financeiro.

Ocorre que o partido expôs seu declínio nas eleições. Perdeu para a oposição em lugares tenentes do petismo, do lulismo. Teve redução no número de parlamentares. Nomes importantes de sua política eleitoral vieram ladeira abaixo. De maneira que o PT comparece enfraquecido diante da formação do segundo governo de Dilma. O fato é que, desde o primeiro mandato de Lula, os petistas vêm cedendo espaço aos aliados, ou seja, aos partidos oligárquicos.

No sentido dado por Rui Falcão ao “governo em disputa”,

Quem não sabia que Dilma entregaria a política econômica a agentes do PSDB?

Está claro que a mudança na política econômica terá imediata repercussão para os explorados. A crise se instalou no Brasil desde sua eclosão nos Estados Unidos em meados de 2008. E continua a se desenvolver. O ano fechará com a brutal queda no crescimento, o que colocou o País próximo à recessão.

O governo petista optou por elevar a dívida pública. Despejou gigantescos recursos para o capital industrial, principalmente para as multinacionais. Subsidiou o quanto pôde o capital imperialista, especialmente as poderosas montadoras. Impulsionou também o quanto pôde o PAC, promovendo obras grandiosas. Gastou rios de dinheiro com a Copa do Mundo. Voltou a elevar as taxas de juros (Selic), que remuneraram os juros da dívida. Esse conjunto de gastos, sem que o Tesouro tivesse recursos, empurrou para cima a dívida pública. No entanto, não foram suficientes para sustentar a taxa de crescimento. Os capitalistas recuaram em seus investimentos. Diante da crise mundial de superprodução, o capital se encontra na posição de destruir forças produtivas e não o contrário.

O governo do PT incumbiu o Tesouro Nacional de proteger a burguesia que passou a resguardar seus capitais, tanto nacionais quanto internacionais. Dilma Rousseff pressionou os banqueiros para que a financiassem com dinheiro mais barato (juros mais baixos). Fracassou. Resolveu baratear o preço da energia elétrica. Fracassou. Resultado final do “desenvolvimentismo petista”: a estagnação se instalou próxima da recessão, os impostos se encolheram, os subsídios fiscais aos grandes capitalistas subiram, a dívida pública avançou, faltou um excedente para pagamento dos juros (déficit fiscal), as demissões na indústria voltaram, a inflação ascendeu, Dilma nas eleições esteve perto de ser posta para fora do Palácio do Planalto e o PT excomungado de vez por corrupção e incapacidade. Esse resultado dita as condições de governabilidade ao governo eleito, mas politicamente derrotado pela oposição burguesa.

Concretamente: a política econômica deve sair das mãos dos tais “desenvolvimentistas” para a dos “rentistas”. Esses

o PT perde terreno. A presença de uma Kátia Abreu no governo é fruto da coalizão sem limites armadas pelo PT, sob os ditames de Lula. Os reformistas que encabeçam sindicatos e movimentos têm sido praticamente alijados do governo. Com a escolha de Joaquim Levy, o PT simplesmente caiu na fossa. Não tem como evitar que os excrementos da burguesia subam muito acima do queixo. O PT não disputa nada. Virou um aparato sem motivos próprios. Prostrou-se de joelhos diante do capital financeiro.

termos são apresentados pela própria esquerda petista, que no fundo acredita expressar um antagonismo entre o capital industrial (produtivo) e o capital financeiro (parasitário). O fato é que Dilma está diante de um precipício econômico e de uma acirrada pressão do grande capital. Não poderia dar ouvido à esquerda petista e a seus séquitos acadêmicos.

Em última instância, o capital financeiro determina a governabilidade, especialmente em situação de profunda crise. Não tem como ser diferente na época do capitalismo monopolista. Os reformistas da pequena burguesia creem que sim, que é possível. Sonham e buscam o milagre do crescimento com distribuição e desconcentração de riquezas. A burguesia pode lhes ser indulgente desde que a economia cresça, mas não quando está à borda do precipício. Lula foi agraciado com a indulgência do grande capital. Dilma não a teve no seu primeiro mandato. Procurou, no entanto, seguir com a via dos subsídios e do endividamento do Tesouro. Chegou ao fim da linha. Capitulou diante do “programa” da oposição. Pôs de lado os Mantegas. E ergueu os Levys.

O anúncio do novo trio ministerial foi genérico. Mas deixou claro que a coluna vertebral da política econômica se assenta no pagamento dos juros da dívida pública. Divulgou a meta do superávit primário em primeiro plano. Doa a quem doer, Joaquim Levy prometeu cortar na carne e se preciso no osso. A pergunta que se faz é se não empurrará de vez o País para a recessão. A resposta é simples: num primeiro momento sim. Implicará em aumento do desemprego: num primeiro momento sim.

Dilma Rousseff, o PT e a burocracia sindical têm perfeita consciência de que entregaram a governabilidade aos seus opositores, aos peessedebistas. Não era o que queriam o PT, a CUT, o MST, o MTST, etc. Mas sabiam que Dilma faria uma virada. Quem não sabia? Apenas os milhões de explorados que confiaram na campanha do PT de que o que estava em disputa eram dois projetos. Os oportunistas, hipócritas e canalhas usaram as necessidades dos oprimidos para ocultar a face que assumiria o novo governo.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Pontos do programa da Oposição Revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff (PT)

As respostas são concretas, extraídas dos acontecimentos e expressão das necessidades dos explorados. Mas é necessário apresentar para a classe operária os pontos essenciais do programa da Oposição Revolucionária. Sabemos, antecipadamente, quais são os objetivos da nova equipe econômica e as suas consequências para os explorados. A previsão de que a burguesia e seu governo descarregará a crise sobre a maioria explorada serve de ponto de partida para o programa.

Princípios

1. Que a burguesia arque inteiramente com a crise econômica e com a desintegração do sistema mundial capitalista;
2. Rejeição a toda medida antioperária, antipopular e antinacional;
3. Nenhuma concessão ao governo burguês de Dilma;
4. Combate à política reformista e oportunista de conciliação de classe;
5. Responder com o programa da classe operária, com suas reivindicações, seus métodos, sua tática e sua estratégia;
6. Unir a maioria explorada, sob a direção da classe operária, contra o governo e o Estado burguês;
7. Desenvolver as lutas pelas reivindicações vinculadas ao objetivo da tomada do poder por meio da revolução proletária.

Objetivos

1. Derrotar a política antioperária, antipopular e antinacional do governo Dilma;
2. Defender de conjunto a vida dos explorados;
3. Organizar a classe operária no campo da independência de classe;
4. Constituir direções classistas e revolucionárias nos sindicatos;
5. Avançar a construção do Partido Operário Revolucionário;

Plataforma de defesa da vida dos explorados

1. Nenhuma demissão – estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho sem redução salarial;
2. Empregos a todos – escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas nacionais aplicadas na produção entre todos aptos ao trabalho, sem redução de salário);
3. Fim da terceirização – efetivação com estabilidade imediata dos terceirizados na empresa que trabalha;
4. Defesa da vida dos explorados – salário mínimo vital de R\$ 4.500,00, escala móvel de reajuste que reponha as perdas inflacionárias e trabalho igual, salário igual – defesa da moradia a todos – dos serviços sociais públicos e gratuitos, sob controle operário;
5. Aposentadoria por tempo de serviço, 30 anos para ho-

mens e 25 para mulheres, financiadas inteiramente pelos capitalistas.

6. Erradicação da opressão no campo – reforma agrária com expropriação sem indenização dos latifúndios.

Plataforma de defesa da economia nacional

1. Cancelamento da dívida pública e externa;
2. Expropriação e estatização da grande indústria sem indenização;
3. Estatização dos bancos;
4. Nacionalização do comércio exterior;
5. Controle operário da produção.

Campanha imediata

1. Alertar a classe operária para os ataques que os ministros da área econômica preparam contra as massas:
 - a) Nenhuma reforma trabalhista que prejudique os explorados;
 - b) Nenhuma mudança na Previdência que piore as condições existentes;
 - c) Nenhuma alteração no seguro-desemprego que resulte em violação dos direitos existentes.
2. Rechaçar o Sistema de Proteção ao Emprego da burocracia colaboracionista:
 - a) Não ao lay off (suspensão temporária), que reduz os salários;
 - b) Nenhum subsídio do governo às multinacionais e ao grande capital nacional;
 - c) Nenhum desvio de recurso do FAT de apoio ao lay off;
 - d) Reposição dos valores já desviados;
3. Fim do apoio governamental à multinacionais e ao grande capital nacional
 - a) Extinção da desoneração da folha de pagamento;
 - b) Reposição dos valores saqueados da Previdência

Constituição de uma frente única em defesa da vida das massas e da economia nacional:

- a) Unificar movimento operário, camponês e popular sobre a base de uma plataforma de oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff;
- b) Constituir uma frente única antiimperialista pela independência nacional, sob a direção do proletariado;
- c) Organizar a aliança operário-camponesa.

O PT, a sua ala esquerda, a sua burocracia sindical e as direções dos movimentos sociais são responsáveis pelo governo burguês de Dilma

A esquerda petista está alvoroçada diante do novo quadro de ministros montado por Dilma Rousseff. Intelectuais, economistas de renome, entre eles Luiz Gonzaga Belluzzo, e movimentos sociais fizeram um abaixo-assinado pedindo que Dilma seja coerente com a posição defendida na disputa eleitoral. Há o temor de que uma política econômica ortodoxa empurre de vez o país para a recessão. Belluzzo não vê com bons olhos a entrega dos ministérios da Fazenda a Joaquim Levy e do Planejamento a Nelson Barbosa. Alerta para o perigo de uma austeridade fiscal que pode enfraquecer ainda mais a economia e provocar desemprego.

O MST é um dos organizadores do abaixo-assinado. Parece que João Pedro Stédile se assustou ao saber que a presidente reeleita com apoio do MST entregou o ministério da Agricultura a Kátia Abreu. A CUT, MST, MTST e outros movimentos reformistas ficaram desenhados, desapontados. Fizeram um tremendo barulho na campanha eleitoral dizendo aos trabalhadores que estavam em disputa dois projetos opostos. Comemoraram a vitória como o resultado do voto de classe. Os mais pobres e miseráveis não debandaram para o lado de Aécio Neves. Mostraram que não queriam uma mudança na política econômica que favorecesse apenas os banqueiros e financistas. E que queriam a continuidade do “desenvolvimento com distribuição de renda”.

Com esses argumentos, a burocracia sindical da CUT e lideranças dos movimentos sociais (MST, MTST, etc.) fizeram de tudo para que operários, camponeses, pequena burguesia empobrecida e juventude se convencessem de que era preciso se colocar do lado do “projeto democrático-popular” do PT contra o “projeto dos banqueiros e latifundiários” do PSDB. Falsificaram a verdade o quanto puderam. Mentiram descaradamente. Sabiam perfeitamente que Dilma não encarnava um programa distinto do anunciado pelo seu rival. Tinham consciência de que a reeleita faria mudanças ministeriais de acordo com as exigências dos grandes capitalistas, entre eles

os banqueiros.

Dilma Rousseff foi claríssima quanto a isso. Declarou em plena campanha eleitoral que modificaria a política econômica e para isso montaria um novo ministério. Não há nada de inesperado. Joaquim Levy, Nelson Barbosa, Alexandre Tombini, Armando Monteiro e Kátia Abreu correspondem à situação econômica e política a que chegou o país golpeado pela crise mundial do capitalismo. Não constituem um ministério escolhido por Dilma Rousseff, mas ditado pela fração mais poderosa da burguesia brasileira e pelo imperialismo.

Os sindicatos e movimentos não influenciam absolutamente nada nesse processo. Serviram e servem tão somente de corria de transmissão da política burguesa no seio do movimento operário e camponês.

O abaixo-assinado da intelectualidade pequeno-burguesa e de alguns burocratas dos denominados movimentos sociais servem apenas de máscara à política de conciliação de classe. É um atestado de impotência diante do grande capital.

A governabilidade de Dilma, na atual situação, depende dos banqueiros e dos monopólios. Deve, portanto, aplicar a diretriz econômica antioperária e antipopular. Dilma e seu novo ministério contam com a passividade dos explorados, que se acham submetidos à direção sindical e política do PT e aliados.

É necessário responsabilizar o PT, suas correntes de esquerda e a burocracia sindical de constituírem um novo governo ainda mais subserviente à burguesia nacional e ao imperialismo. Está claro que Joaquim Levy liderará um ataque em toda linha contra os explorados. Avançará o entreguismo. E favorecerá o domínio imperialista sobre a nação oprimida.

A tarefa do movimento operário e camponês é a de rechaçar integralmente o governo burguês de Dilma e se colocar pela estratégia da revolução proletária. A defesa das reivindicações elementares é o ponto de partida para o enfrentamento da classe operária contra as medidas antipopulares e antinacionais, que certamente serão duras.

Resmungos dos dirigentes do MST e da CPT diante da nova ministra da Agricultura – a latifundiária Kátia Abreu

João Pedro Stédile é um dos encabeçadores do abaixo-assinado contra a nomeação de Kátia Abreu, Joaquim Levy e Nelson Barbosa para o comando geral da economia. Mostra-se indignado diante da conduta assumida pela presidente reeleita. Reclama com alguém que tem legitimidade, uma vez que convenceu milhares de camponeses a votar em Dilma. Certamente, trata-se de um protesto sem consequências práticas.

Um dos fundadores do MST da Bahia e hoje deputado pelo PT, Valmir Assunção, emitiu uma nota chorosa dizendo que fazia “coro às diversas manifestações de movimentos sociais e

intelectuais que repudiaram a presença da presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Kátia Abreu e Joaquim Levy”. Retomou o discurso da campanha presidencial em torno dos dois projetos, ressaltando que o vencedor foi o que coloca o nosso país no rumo das transformações, do questionamento dos monopólios, da reforma política, etc. Conclui que a presidente eleita estava jogando um “balde de água fria na própria base que a elegeu”. Os camponeses pobres não podem cair no discurso politiquês de Valmir Assunção, pois sua trajetória foi de submissão ao PT oligárquico. Ao contrário,

devem responsabilizar o parlamentar por iludir os sem-terra por trás em um governo burguês, de Lula e de Dilma.

O MST se viu na obrigação de denunciar a política da presidente em relação à reforma agrária. Aproveitou a ocasião da indicação de Kátia Abreu para dizer que as “desapropriações para a reforma agrária não chegam a 40 áreas, nesse ano de 2014. E que a “presidente Dilma já está na história como um dos piores governos para a reforma agrária, perdendo até para o Sarney e para os governos da ditadura militar”. O governo de Dilma foi a que menos assentou famílias, com uma média de apenas 25 mil famílias assentadas por ano. Em média, o governo de Fernando Henrique assentou 67 mil e Lula, 76 mil. Apesar de saber que Dilma fez um governo submetido aos interesses dos latifundiários, os dirigentes do MST continuaram a apoiá-la. Não é agora que a presidente trouxe Kátia Abreu para o governo. Quem não sabe que a latifundiária passou a influenciar diretamente a política agrária já no primeiro mandato de Dilma? Está claro que a burocracia do MST engana os camponeses.

A direção nacional do MST, por meio de Alexandre Conceição, criticou a ministra ruralista por tratar os “assentados como microempreendedores”. Disse: “não se faz reforma agrária com a criação de microempresas... Nosso projeto prevê a democratização da terra para acabar com o latifúndio”. Denunciou Kátia Abreu de proibir a demarcação de terras indígenas em áreas de conflito agrário, de utilizar o trabalho escravo, de se beneficiar de terras por meio de processos judiciais fraudulentos, etc. Terminou afirmando que o “diálogo será por meio da luta”. Essa gente que aposta no “diálogo” com o governo e a burguesia acaba na vala comum dos traidores.

O coordenador da Comissão Pastoral da Terra, Flávio Lazarin, desabafou: “a indicação de Kátia Abreu foi recebida como uma bofetada”. Mas não deixou de fazer o papel de conciliador, dizendo: “os movimentos sociais esperam que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Meio Am-

biente tenham nomes fortes e com representatividade social para equilibrar o jogo no governo”. Nota-se que os religiosos “benfeitores” dependem até a alma do Estado burguês para obter pequenas esmolas aos camponeses, tiradas da farta mesa dos latifundiários.

Esses depoimentos mostram que o novo governo de Dilma será ainda mais voltado aos interesses da burguesia agrária e que estará de costas ao limitado programa do PT de implantação da reforma agrária gradativa pela via dos assentamentos. Kátia Abreu é a expressão do poder do agronegócio, do latifúndio e da criminalização dos movimentos sociais no campo. Os dirigentes do MST e da CPT atuaram nesses doze anos de governo petista com a política da conciliação (“diálogo”). As lutas e as ocupações de terra perderam força, embora os conflitos no campo tenham vitimado os camponeses pobres e os sem-terra. Os assassinatos de lideranças dos movimentos sociais e a impunidade dos crimes não foram contidos nem por Lula, nem por Dilma.

Lamentavelmente, os camponeses não contam com uma direção revolucionária. Estão sob a direção de correntes políticas reformistas, que arrastaram os explorados do campo por trás do discurso eleitoral de que se tratava de dois projetos em disputa: o do PT (da mudança) e do PSDB (do retrocesso). Nesse momento, os resmungos dos dirigentes do MST e CPT soam como se estivessem sido traídos pela presidente reeleita. Não querem crer que o governo do PT é burguês, voltado aos interesses dos capitalistas. Se em determinadas circunstâncias pôde impulsionar o assistencialismo e os assentamentos, agora, com o avanço da crise econômica, está obrigado a ter no seu comando os ministros que abertamente são os representantes dos interesses do capital. O repúdio à ministra indicada por Dilma, Kátia Abreu, se encerra em palavras. Modificar o curso da política do MST e de outros movimentos sociais implica constituir uma direção revolucionária, que tenha como estratégia a revolução agrária como parte da revolução proletária.

Abaixo o sistema proteção às multinacionais Emprego não se negocia, se defende com luta!

Diante do avanço da crise econômica e da constituição do novo governo de Dilma Rousseff, a CUT, Força Sindical, CTB, UGT e Nova Central foram à Brasília com a proposta de “Sistema de Proteção ao Emprego”. A divisão das Centrais no momento da campanha presidencial – CUT e CTB apoiaram Dilma e Força Sindical e aliadas, Aécio – foi momentânea. Todas sabiam que o novo governo, seja do PT ou do PSDB, teria de descarregar a crise sobre a classe operária. A proposta de “proteção ao emprego” tinha sido elaborada conjuntamente e já havia sido apresentada ao governo, bem antes das eleições.

Agora, diante dos novos ministros da economia (Fazenda e Planejamento), as Centrais se apressaram em colaborar com as mudanças nas relações de trabalho. Não se importaram com o fato de que Dilma Rousseff tenha colocado no comando da economia agentes dos banqueiros, que não esconderam seus objetivos de atacar os empregos, salários e direitos trabalhistas.

O “Sistema de Proteção ao Emprego” é a mais descarada conciliação da burocracia sindical com os capitalistas. É a mais

vil traição às conquistas do proletariado brasileiro.

O “Sistema de Proteção ao Emprego” é o veneno alemão para os operários brasileiros

Quando a crise econômica golpeia os empregos e os salários, a burocracia utiliza de vários recursos para preservar os negócios dos capitalistas. Foi assim em 2009, quando se aliou à Fiesp para apoiar o pleito das multinacionais de “desonerações” (redução de impostos, subsídios e crédito fácil para ampliar o mercado interno). Somadas a essas medidas de proteção ao capital, veio o prejuízo para os trabalhadores (layoff, PDVs e demissões). Agora, com a economia do país à beira da recessão, novamente as Centrais bateram às portas do governo para colaborar com a burguesia, que já anunciou cortes drásticos aos empregos, aos salários e aos direitos. Tiraram da gaveta a proposta xerocada do sindicalismo alemão, que dizem ser o remédio para conter o desemprego.

Lamentaram as medidas tomadas pelo governo, que implicaram desonerações para as empresas não foram acompa-

nhadas das devidas “contrapartidas”. Querem dizer que houve colaboração das Centrais, mas não houve recompensa por parte dos capitalistas. Citou o exemplo da Volks e da Mercedes que tiveram seus contratos de trabalho suspensos com o layoff. No entanto, não se referiu as 1200 demissões efetuadas pela Mercedes, uma vez que a direção do sindicato colaborou com a aplicação dos PDVs. Na realidade, os capitalistas se aproveitaram das ações governamentais e impuseram toda sorte de desgraça aos operários (das suspensões às demissões). Sob la-mentos, as Centrais retomaram o modelo alemão.

O dirigente da CUT, Vagner Freitas, foi mais longe. Disse que o “Sistema de Proteção ao Emprego é uma vacina que funciona como prevenção contra os momentos em que a economia está mais vulnerável e quem acaba pagando por essa situação é o trabalhador”. Esqueceu e acabou dizendo que na Alemanha em 2009 cerca de 1,5 milhão de trabalhadores estiveram sob esse programa e que apenas 400 mil empregos foram “salvos”. Como se vê, o sistema alemão não garantiu emprego a todos, apesar de ter submetido os operários em layoff a um salário rebaixado. É claro que a “vacina” alemã prevê redução salarial (redução da jornada de trabalho ou suspensão total por até dois anos e pagamento de 60% do salário ou 67% se o operário tiver filhos). Portanto, a “vacina” não garante o emprego e o salário integral.

Os burocratas sindicais propõem mais sacrifícios para a classe operária. Tudo para preservar os negócios e os lucros das multinacionais e dos capitalistas nacionais.

O remédio dos burocratas para o novo governo de Dilma

O “Sistema de Proteção ao Emprego” é apresentado como uma alternativa das Centrais para manter os empregos. Falso!

A “vacina” importada da Alemanha impõe a redução da jornada de trabalho e do salário. Argumentam os burocratas que esse é o mecanismo para não cessar o contrato (como ocorre com o layoff) e não modificar a CLT. E que é um instrumento de caráter opcional para os capitalistas, mas caso aceitem terão vantagens em concessões de tributos por parte do governo. Como se vê, os burocratas vendidos não estão preocupados com os empregos, mas em auxiliar as multinacionais a atravessar a crise de superprodução e de queda das taxas de lucro.

O burocrata direitista da Força Sindical, Sérgio Luiz Leite, disse claramente: a redução do salário não poderia ser maior do que 30%. Chegou a esboçar uma conta: “você pode ter uma

jornada reduzida de 30% e o salário em 20%”.

Diante de tamanha sem-vergonhice, os burocratas tentaram explicar o inexplicável. O dirigente da CUT quis fazer um trocadilho: “corte de salário é demissão e o programa defende justamente a manutenção do emprego”. Mas não pôde escon-der o que a Força Sindical já havia anunciado: redução da jornada com corte de salário.

O problema é o que o novo governo de Dilma Rousseff e o trio ministerial do “facão” não pretendem fazer nenhum acordo que garanta emprego, salário e direitos trabalhistas. Como isso, a reunião de Brasília com as Centrais foi postergada para início de dezembro. O que o governo quer é que os burocratas contribuam para que as medidas sejam impostas sem reação dos trabalhadores. Esse é o único compromisso que pode assumir o novo governo de Dilma.

A classe operária deve enfrentar com seus próprios métodos as medidas do novo governo

Sabendo que o descontentamento dos operários vai aumentar, Rafael Marques (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC), diz que a adoção da proposta é opcional para os trabalhadores e que as Centrais não farão nada sem consultar as bases por meio de assembleias. Grande mentiroso! O burocrata autoritário, que manipula as assembleias, não permite vozes discordantes, divergências e votação democrática. O “Sistema de Proteção ao Emprego” pretendido se faz às costas dos operários, que há muito foram submetidos à política pró-capitalista do PT e de sua burocracia sindical.

Os burocratas sindicais esmagaram a democracia sindical e combateram com mãos de ferro os métodos genuínos da classe operária (greves, ocupações e manifestações de rua).

Está colocada uma campanha contra o falso “Sistema de Proteção ao Emprego”, que deve ser chamado de sistema de proteção às multinacionais. *Em contraposição, a classe operária tem suas reivindicações próprias: estabilidade no emprego, redução da jornada sem redução do salário, implantação da escala móvel das horas de trabalho e controle operário da produção. Trata-se de restabelecer a democracia operária: assembleias soberanas, direito de divergência, livre expressão da Oposição e votação democrática sobre a base de claras propostas. Retomar os métodos da ação direta. Preparar a greve para o enfrentamento coletivo e unitário aos ataques do novo governo de Dilma Rousseff e dos capitalistas.*

Debate sobre 97 anos da revolução russa em Fortaleza

O POR realizou, dia 27/11, o debate sobre os 97 anos da Revolução Russa no auditório da arquitetura na UFC. Houve exposição seguida de debate pelo plenário. Estiveram presentes professores, secundaristas, universitários, agentes de saúde. O debate abordou a importância histórica da tomada do poder pelo proletariado russo em 1917, um acontecimento que marcou definitivamente o início da era das revoluções proletárias na fase imperialista do capitalismo. A estalinização da URSS e sua posterior dissolução, em 1991, assim como

a restauração capitalista, foram resultados da nefasta política do socialismo em um só país. O debate finalizou mostrando aos presentes a necessidade de assimilação crítica das experiências da Revolução de Outubro para armar programaticamente a vanguarda revolucionária na luta contra a burguesia e seus governos em nosso país, bem como a necessidade da construção do partido-programa, do POR, em meio ao atraso político brutal, que campeia entre as massas dirigidas pelo reformismo/estalinismo.

Bahia

Realizado debate dos 97 anos da Revolução Russa

No dia 22/11, foi realizado em Salvador um debate sobre os 97 anos da Revolução Russa, como parte de nossa campanha em defesa das conquistas da revolução e sua atualidade para a luta revolucionária. Na exposição, foi feito um histórico do processo revolucionário russo, as causas e as consequências da Revolução, a introdução das primeiras ideias marxistas e a formação do Partido Operário Social Democrata Russo, as divergências entre bolcheviques e mencheviques, a posição de Trotsky sobre a revolução permanente, a Revolução de 1905, o período de fevereiro a outubro de 1917 e a traição do estalinismo às conquistas da revolução.

A Revolução de Outubro de 1917 foi o acontecimento mais importante do século XX, em que o proletariado, liderado pelo Partido Bolchevique de Lênin e Trotsky, e apoiado no campesinato pobre, tomou o poder político, instaurou o seu domínio de classe (ditadura do proletariado) e iniciou a transição do capitalismo ao socialismo, como via para a sociedade sem classes o comunismo. A revolução ocorreu num país capitalista atrasado, com resquícios feudais (monarquia czarista, semi-servidão camponesa), com uma massa de camponeses pobres em situação de penúria, com tarefas democráticas pendentes, como a resolução da questão agrária, a opressão das nacionalidades, o atraso no desenvolvimento das forças produtivas. O país também se encontrava envolvido na Primeira Guerra Mundial. A Revolução de 1917 provou definitivamente a justez-

za da Revolução Permanente, elaborada por Trotsky no calor da revolução russa de 1905.

Além das condições econômicas, políticas e sociais que estão na base da tomada do poder pelo proletariado, um fato foi decisivo para a vitória da revolução: a existência de um partido marxista de quadros militantes, altamente disciplinado, com um programa revolucionário claro. Lênin lutou pela criação do Partido Social-Democrata russo, depois travou a luta contra a fração menchevique que negava o partido marxista, constituindo ao longo de quase duas décadas uma organização baseada no centralismo democrático e no programa da revolução proletária. Foi este partido que dirigiu o proletariado revolucionário e o conjunto dos explorados na derrubada da burguesia e derrota do imperialismo na guerra civil.

Entretanto, apoiado na burocracia, Stalin e consortes personalizaram a contrarrevolução no primeiro Estado operário vitorioso. Fundado na teoria do “socialismo em um só país”, na “convivência pacífica com o imperialismo” e na “revolução por etapas”, o estalinismo levou diversos processos revolucionários à derrota. Em 1991, depois de décadas de bloqueio das forças produtivas pelos métodos burocráticos, deixou de existir a URSS, antecedida pela queda do Leste Europeu. Por meio da Glasnost e da Perestroika, a burocracia restaurava o capitalismo na terra dos soviets. As conquistas da Revolução de Outubro de 1917 eram destruídas pelo estalinismo contrarrevolucionário.

Bahia

Oposição à atual direção da APUB/UFBA é derrotada nas eleições para a entidade

Nos dias 26 e 27 de novembro, ocorreram as eleições para a direção da entidade APUB/UFBA, há vários anos dirigida por sucessivas direções governistas. Concorreram duas chapas: Chapa 1 - Unidade e Luta (PT, Consulta Popular, O Trabalho e independentes) e Chapa 2 - RenovAPUB (PSTU e independentes). A Chapa governista montada pela atual diretora saiu vitoriosa e dirigirá a entidade até 2016. A direção governista está ligada à Federação PROIFES, criada para dividir o movimento docente nacional e combater o ANDES, sindicato nacional.

A entidade nos últimos anos tem sido usada pelos governistas para defender as políticas dos governos do PT de destruição da educação pública, com o avanço da mercantilização e desnacionalização da educação. O ensino superior público tem sofrido um duro golpe por meio do aprofundamento da privatização com a criação da EBSEH, manutenção de fundações privadas, falta de infraestrutura para trabalho e estudo, retrocessos nas conquistas, tanto de técnico-administrativos, quanto de professores e precarização por meio do REUNI. Por outro lado, avança a mercantilização, por meio da expansão das particulares, os subsídios do governo federal (Fies, Prouni) e desnacionalização da educação, pela penetração do capital financeiro e aquisição de conglomerados educacionais.

Apesar das lições da greve de 2012 e da necessidade de organização, mobilização e luta por meio da ação direta (assem-

bleias, manifestações, greve, ocupações) para impor as nossas reivindicações aos governos e do papel traidor do PROIFES e da direção da entidade APUB/UFBA, a Oposição não conseguiu tirar todas as consequências do ascenso da luta docente. Foi derrotada tanto nas eleições de 2012, quanto nas atuais. Na constituição da chapa, a Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) foi excluída pelo PSTU e parte dos “independentes”. Também excluíram pessoas da própria base, que participaram ativamente da luta em 2012 e durante os últimos embates contra a direção governista à frente do PROIFES e da entidade APUB/UFBA.

A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) defendeu, por meio do seu Boletim Nacional e local, a necessidade de realização de plenárias abertas, divulgadas a toda a base, para a definição do programa e dos nomes da chapa, por meio da democracia sindical, isto é, do debate de posições. Defendemos também que todas as forças políticas atuantes na base, do campo da Oposição, pudessem participar da discussão e constituição de uma chapa. Entretanto, não obtivemos êxito. Mesmo assim, defendemos por meio de Boletim da CPE o apoio crítico na Chapa RenovAPUB contra o governismo. Passadas as eleições, é preciso retomar o trabalho de base, pois o novo mandato de Dilma Rousseff (PT) será de profundos ataques aos trabalhadores, em particular da educação. A nova direção governista expressará esses ataques contra a categoria.

UFCG-PB: Luta por direito à permanência revela necessidade de avançar em defesa do poder estudantil

Os estudantes da UFCG desde 2012 têm protagonizado várias lutas em defesa das condições de estudo: por estrutura, contra a privatização do HU, por contratação de professores, transporte, moradia e alimentação.

Em relação ao restaurante, nas assembleias de 2012, a posição da corrente que dirige o DCE – PCR/UJR – de “RU a R\$1” foi derrotada e o princípio da universalidade passou a ser defendido até pelos diretores da entidade, ainda que da boca para a fora.

Desde então, derrubamos a tentativa de retorno do cadastro excludente. Em 2012, ano de eleições para reitor, o cadastro foi suspenso por uma conveniente “falha no sistema”. Passadas as eleições, com a manutenção do mesmo grupo, a reitoria tentou retomar o cadastro, mas foi impedida pela luta coletiva dos estudantes, impulsionada pelo Comando de Mobilização Estudantil, composto por CAs, coletivos e a Corrente Proletária Estudantil. Assim, hoje temos um restaurante gratuito e universal. As longas filas e péssima qualidade da comida, porém, ainda são problemas. O DCE, dirigido pelos estalinistas, permanece à margem das lutas, com sua política imobilista e burocrática.

Atualmente, o Comando encabeçou a luta pela ampliação do RU existente, por construção de um novo RU no campus dos cursos de saúde (CCBS). Além das mobilizações, panfletagens, rádio livre e coleta de assinaturas, tivemos uma reunião no dia 27 de novembro com o pró-reitor de assuntos comunitários e

diretora do RU. O desprezo pelos estudantes fica explícito: o fundamento é a estrutura de poder na universidade. A diretora do RU confessava, às gargalhadas, que de fato a comida é ruim e que tem dias em que nem ela tem coragem de comer. Porém, não vemos nenhuma pressa na administração para resolver estes problemas. O jogo de empurra-empurra mostra a falta de compromisso da burocracia com as condições de estudo. O Comando foi intransigente na defesa das reivindicações e na recusa às soluções excludentes e privatistas.

Aqueles que decidem são uma ultraminoria, uma casta de docentes que age em benefício próprio, sacrificando o caráter público da universidade em troca de mesquinhas conquistas materiais e carreiristas. Na agitação em torno do RU sempre ressaltamos a estrutura de poder atual em que é necessário juntar 84 estudantes para se chegar ao peso do voto de um docente, na consulta para reitor.

Assim, é tarefa do Comando, colocar a questão do poder na universidade, reafirmar e generalizar a bandeira de Poder Estudantil, entendido como a soberania das assembleias universitárias que devem dar base a um governo de estudantes, professores e funcionários, com voto universal e mandatos revogáveis. A defesa das condições de estudo, o combate à precarização e à privatização passam pela necessidade de derrubar o poder da burocracia universitária e substituí-lo pelo controle coletivo da universidade pelos que estudam e trabalham.

Rondônia

Assembleia do Sintero, sob direção da burocracia, fecha acordo ruim para os trabalhadores

No dia 17 de novembro, ocorreu mais uma assembleia do Sintero, em Porto Velho. Foi uma assembleia esvaziada, sem grande convocação, que tinha como pauta principal discutir um “saque” indevido nos hollerites feito pelo Instituto de Previdência. A mesma diretoria, recentemente reeleita com uma suposta chapa de oposição (mas com integrantes do mesmo partido, PT), não convocou a assembleia para discutir os problemas mais vitais dos trabalhadores da educação do estado e do município de Porto Velho, mas com o único objetivo de ratificar um acordo pronto que ela já trazia, feito em colaboração com o Instituto.

Na assembleia, bem como nas eleições, divulgamos nas escolas o boletim da Corrente Proletária denunciando as péssimas condições de trabalho, a questão dos salários arrochados, o aumento da exploração dos funcionários, com o aumento de horas de trabalho, bem como a proposta da prefeitura de querer aumentar o tempo dos professores de ensino fundamental das primeiras séries em mais 4 horas. Mas nada disso foi debatido, nenhum plano para enfrentar os governos, para responder à situação penosa nas escolas. Sequer foi debatido um cronograma de luta para 2015, para organizarmos uma greve caso o governo municipal insista na proposta de aumentar a carga horária dos professores.

O que a burocracia queria e já tinha fechado com o governo era uma proposta vergonhosa: a de que o desconto indevido

em nossas folhas de pagamento referentes à assistência médica, feito pelo Instituto de Previdência seria devolvido em até 90 dias se aceitássemos um deságio de 10%. Ou seja, já nos roubam pagando um salário miserável, depois nos roubam mais com uma cobrança indevida, e para termos devolvido o que nos roubaram temos que a aceitar uma perda de 10%!!! Só uma burocracia corrompida, venal, sem vínculo com a categoria e de mãos dadas com o patronato pode apresentar uma proposta como essa e defendê-la!

Resultado: com a assembleia esvaziada, com a situação de penúria do magistério, com o “condicionamento criado” para receber “imediatamente” o valor tirado (isto é, em até 90 dias), os trabalhadores da educação que compareceram na assembleia, em sua maioria, concordaram com a burocracia e o acordo foi fechado.

Por nossa parte, além de rejeitar mais esse saque, continuamos defendendo que é preciso organizar um plano de lutas e um cronograma para organizar a mobilização em 2015.

Defendemos que se não houver o atendimento das reivindicações, não devemos iniciar o ano de 2015 com aulas, mas com a greve geral do magistério! Nenhum desconto a mais em nossos salários! Nada de horas extras! Contratação de mais funcionários! Pelo respeito à lei do Piso Nacional! Jornada de 1/3 fora da sala de aula! Luta pelo Salário Mínimo Vital, chega de exploração!

XI Marcha da Consciência Negra em São Paulo

No dia 20 de novembro, foi realizada a XI Marcha da Consciência Negra em São Paulo. A concentração se deu no vão livre do MASP e saiu em passeata reunindo em torno de mil pessoas. Estiveram presentes o PT, PCO, PSol (Juntos e RUA), PSTU e o POR. A LER-QI e o MNN não compareceram. A classe operária esteve ausente do ato, mesmo com a CUT diretamente envolvida na organização. A composição social foi majoritariamente da classe média negra e branca. O manifesto elaborado pelos organizadores foi assinado por alguns sindicatos e secretarias da CUT/PT e por diversas organizações do movimento negro (incluindo o PMDB-AFRO), contendo as seguintes reivindicações: 1) reforma política; 2) reforma da mídia; 3) desmilitarização da polícia, pelo fim dos autos de resistência e contra a redução da maioridade penal; 4) contra o machismo e o feminicídio e a violência contra a mulher negra; 5) pela destinação de mais recursos para as políticas de inclusão racial; 6) implantação das leis antirracistas e de promoção da população negra e 7) pelo direito de expressão das religiões de matriz africana.

A política festiva e despolitizada foi predominante neste “Dia da Consciência Negra”. De um lado, o maracatu estudantil, e, de outro, a escola de samba com suas passistas, diluíram o movimento reivindicatório. Nem mesmo a gritante chacina à juventude negra da periferia ou as constantes manifestações contra o assassinato de Michael Brown por um policial em Ferguson, EUA, suplantaram o teor festivo. As correntes, de maneira geral, compareceram ao ato com uma política ora distacionista, ora oportunista.

A organização do ato esteve sob direção do PT. E o que esperar de uma manifestação orientada por um partido aburguesado e corrompido? O PT ainda não teve como abandonar o ato de rua, mas trabalhou por descaracterizá-lo por meio da festa. Distorceu a ferramenta de luta das massas tornando-a disfuncional. De nada serve um ato disperso e sem uma reivindicação de choque com a burguesia, que exponha as raízes de classe por trás da opressão racial.

A política do PT para o 20 de Novembro foi orientada por duas forças: primeira, o PT é governo, e nesta condição é obrigado a conter as mobilizações e não impulsioná-las; segunda: há grandes insatisfações nas massas. A resposta do PT é a via parlamentar e não a ação direta, esse é o conteúdo de todas as reivindicações presentes no manifesto. O PT atuou para esvaziar a Marcha da Consciência Negra de qualquer vestígio de luta de

classe, atacando as reivindicações e o método proletários.

As reivindicações reformistas que têm como finalidade atender e consolidar a ascensão à classe média de uma ultraminoria negra explica em parte a ausência da população periférica e da classe operária. Não interessa à classe operária e à juventude proletarizada, na maioria pobre e negra, a reforma política, da mídia ou desmilitarização da PM. A juventude continuará sendo exterminada pela polícia com ou sem origem militar. Enquanto existir o sistema capitalista, o poder econômico continuará determinando o resultado das eleições, não há reforma que mudará essa relação. De nada adianta obrigar o ensino de “história da África e dos afrodescendentes nas escolas” se boa parte abandona a escola para trabalhar e, dos formandos do ensino fundamental, a maioria sai semianalfabeta.

A ausência do movimento sindical e popular foi sentida. As centrais não convocaram os operários para compor a Marcha e empunhar a luta contra a discriminação racial, assim como o MTST ou o MST também não vieram. O problema da moradia e da terra é sensível especialmente pelos negros e pobres, porque ganham um salário de miséria ou são os mais atingidos pelo desemprego, e com isso não conseguem vencer a alta especulação imobiliária. No campo, são expulsos pelo agronegócio. A presença da classe operária e camponesa é decisiva na luta pela libertação da população negra, pois lhe conferirá o devido conteúdo de classe e a necessária luta para derrubar a burguesia do poder. A única maneira de por fim a toda forma de discriminação social.

As bandeiras que vinculam a luta contra a discriminação racial à luta pelo poder da maioria são: 1) trabalho igual salário igual – fim da discriminação salarial; 2) salário mínimo vital (R\$4.500,00), com escala móvel de reajuste, que atenda a todas as necessidades básicas de uma família – fim da fome e da miséria; 3) escala móvel das horas de trabalho – fim do desemprego; 4) desmantelamento da polícia e armamento popular – fim do genocídio ao pobre, ao negro e ao camponês.

A unidade entre todos os explorados, negros e brancos, da cidade e do campo sob uma política proletária é a força capaz de combater e derrotar a opressão de classe. A tomada das ruas pelo movimento deve expressar toda a sobriedade da luta de sangue da classe operária e demais oprimidos contra a burguesia, pela conquista do poder do Estado e pela coletivização da economia, condições necessárias para alçar o homem a sua libertação definitiva.



Encontro dos Centros Acadêmicos da USP

Nos dias 29 e 30 de novembro, ocorreu o Encontro dos Centros Acadêmicos (ENCA) da USP. No primeiro dia, a programação continha uma mesa de abertura: “As mobilizações de 2014 dentro e fora da universidade”, com Guilherme Boulos, André Singer e Souto Maior. Houve GDs: 1) inclusão e permanência; 2) festas, ocupação dos espaços públicos e segurança nos campi; 3) Hospital Universitário e fundação na USP e 4) democracia na USP e crise orçamentária. No segundo dia teve duas mesas: “A nossa luta é todos os dias. Por uma USP livre de opressões” e “Em defesa da universidade pública, a luta cresce a cada dia”. Na última mesa estiveram presentes as entidades DCE, ADUSP e o Núcleo de Consciência Negra. O SINTUSP se ausentou. Ao todo, participaram em torno de 70 pessoas, sendo a maioria de campi do interior. Das correntes, participaram: PSol (MES e RUA), PSTU e o POR.

O encontro serviu para o DCE articular-se para a próxima eleição da entidade no início de 2015 e também para dar alguma resposta à sua base nas unidades, que vem sentindo os efeitos da crise financeira da USP. Não se busca organizar o movimento estudantil para responder à crise, anunciada pelo reitor há quase um ano, mas somente acalmar os ânimos daqueles que a direção do DCE visa a cooptar eleitoralmente. Um encontro de vários centros acadêmicos não deliberativo é indício de que nada de prático será feito.

As discussões nos GDs refletiram as insatisfações com a crise. A existência de um GD com tema específico é oposto à política do DCE ao longo do ano, e mesmo durante a greve, quando se recusaram reconhecer que a causa por trás dos inúmeros ataques da reitoria era a crise financeira, negando-se a convocar uma assembleia geral universitária para responder de conjunto aos ataques privatistas de destruição da universidade pública. Mantiveram-se confortáveis na política de apoio à greve salarial dos professores e funcionários. Mas o trono do conforto se desfaz diante da intensificação do peso da crise sobre os estudantes. PSol/PSTU se veem obrigados a mostrar algum serviço aos CAs, ainda que formalmente.

A direção do DCE evita levantar qualquer palavra de ordem sobre a estrutura de poder, por mais reformista e inócua que seja em varrer com a burocracia. O Conselho Universitário vem se reunindo com o objetivo de reformular o estatuto, mas a direção do DCE segue em silêncio, nem mesmo as bandeiras da estatuinte ou de diretas para reitor são levantadas. Certamente têm evitado que o movimento estudantil se erga novamente em favor do Governo Tripartite, como foi em 2013. O que fazem é ressaltar uma luta denunciante contra as opressões – sem vínculo com a luta de classes e sem nenhuma proposta para solucionar o problema; e defender inconsequentemente a permanência, mas estão totalmente ausentes no movimento dos moradores do CRUSP.

A direção do DCE mantém a sua política oportunista e conciliadora, falseando uma ação em resposta à crise. Segue responsável por favorecer os ataques da reitoria e desarmar o movimento estudantil que, sem a assembleia e os métodos da ação direta, se fragiliza e se torna impotente para enfrentar os ataques da reitoria/governo.

O reformismo de Guilherme Boulos

Destaca-se a fala de Guilherme Boulos, representante nacional do MTST. Boulos comparece à mesa de abertura do ENCA com dois propósitos: 1) defender que os movimentos pressionem o governo por uma “política econômica popular”; 2) defender uma frente das esquerdas ao redor das reformas populares.

Segundo Boulos, o PT escolhe um modelo econômico recessivo. Não se reconhece que a recessão é um fenômeno mundial, consequência da crise capitalista. Se assim o fizesse, seria obrigado a admitir que, independentemente do partido à frente do governo, a economia nacional sucumbiria diante de um capitalismo apodrecido, que reserva às massas mazelas ainda mais profundas, não havendo espaço para reformas sociais.

Canta “importantes reivindicações das esquerdas”: reforma tributária, reforma no setor financeiro, taxa da riqueza e auditoria da dívida pública. Tais reivindicações, taxadas de esquerda, são reformistas e utópicas, ainda mais numa conjuntura de crise econômica e de ataques às condições de vida e trabalho. Os bolcheviques levantam bandeiras de defesa da vida das massas, que passam por não admitir a riqueza de uns e a miséria de muitos, mas sim, o fim da propriedade privada dos meios de produção e da apropriação privada da produção social, fontes das desigualdades sociais.

Guilherme Boulos não tem dedos para assumir como conduz, pelas grandes avenidas de São Paulo, o mar de sem teto. Busca reformas promovidas pelo Estado, esse é o conteúdo da pressão por uma política econômica popular. Vem à universidade fazer um chamado pela frente que sirva aos seus propósitos de conquistar migalhas aos famintos sem se chocar com os governos, não por menos é escorregadio nas críticas a Dilma e Haddad/PT.

Mas o transcurso da luta vem mostrando que os governos estão duramente intransigentes e não concederão nada. Está dado o aumento da repressão a todos que forem às ruas. A fase imperialista do capitalismo não permitirá nenhuma reforma. Políticas conciliadoras como a de Guilherme Boulos e da direção do DCE – que o aplaude com entusiasmo – iludem as massas e postergam a insurreição pela derrubada do poder da burguesia, a única via que suprirá as necessidades de todos os explorados e oprimidos.

Publicamos a seguir o manifesto da Corrente Proletária distribuído no ENCA.

O ENCA deve discutir a resposta à crise da USP

O CCA (Conselho de Centros Acadêmicos) da USP convocou o ENCA para os dias 29 e 30 de novembro, sob o tema “A USP é pública e sempre será”. Este ano, o ENCA acontece em meio ao maior ataque à universidade pública e gratuita

que a burocracia universitária/governo já desfechou. No entanto, o movimento estudantil se encontra desmobilizado.

Sob o tema “As mobilizações de 2014 dentro e fora da universidade”, ocorrerão os debates. Na verdade, as mobili-

zações de 2014 são uma extensão do que vem ocorrendo desde junho de 2013. As manifestações de rua, que ocuparam e bloquearam as avenidas em junho de 2013, expressaram uma mudança na situação política. O descontentamento generalizado diante dos efeitos da crise econômica repercutiu em manifestações multitudinárias, pelas quais uma parte da juventude deixou de lado a confiança no parlamento, justiça e demais instituições burguesas e adotou o método da ação direta para lutar por reivindicações. A ausência da classe operária e de uma direção revolucionária não permitiu que o movimento se transformasse em luta política de classe contra classe. Mas abriu uma nova etapa na luta de classes no país, em que o método da ocupação e bloqueio de avenidas passou a ser usado com frequência por diversos setores.

Na USP, a convocação de uma assembleia para depois de uma reunião do Conselho Universitário, que tinha votado a forma das eleições para reitor, mobilizou milhares de estudantes, que iniciaram uma greve por real democracia na universidade e por suas reivindicações. No início de 2014, diversos setores saíram às ruas em greve pelas reivindicações, destacando-se a greve a dos garis no Rio de Janeiro e a de diversos setores da educação em todo o país. O primeiro semestre de 2014 foi de ascenso grevista, interrompido parcialmente pela derrota da greve metroviária de São Paulo, duramente reprimida pelo governo Alckmin.

Essa tendência geral se manifestou também na USP. Funcionários e professores se mobilizaram massivamente contra a proposta de reajuste zero do reitor/governo. Apesar das direções dos três setores não terem organizado uma resposta de conjunto à crise da USP, deflagrada desde fevereiro pela reitoria, as assembleias cheias votaram a greve. Foi a maior mobilização dos funcionários, numa greve de quatro meses e em que se lançaram a protestar, além do interior da universidade, no palácio do governo, em frente ao Cruesp e em torno da USP. Seu limite, cuja responsabilidade é das direções, foi não ter projetado a luta contra o conjunto das medidas do reitor/governo. Dessa forma, os estudantes, setor de maior potencial de mobilização de rua, foi submetido a uma política de apoio passivo à reivindicação salarial. Os funcionários, enfrentando a repressão policial, o corte de salários e ameaças de demissão, conseguiram uma reposição parcial da inflação. A reitoria, sem a pressão do movimento estudantil, aumentou os ataques, ainda durante a greve, com as propostas de desvinculação dos hospitais e da moradia e o PDV. A direção dos professores e do DCE foi obstáculo à organização de uma assembleia geral universitária, que poderia unificar de fato o movimento ao colocar a apuração independente das contas da universidade, discussão de um orçamento que atendessem às reivindicações dos três setores, unicamente financiado pelo Estado e pondo fim a toda privatização, e a aplicação desse orçamento por um governo tripartite, eleito diretamente, com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária, expressando assim a real democracia e autonomia universitárias.

Apenas um setor da vanguarda se mobilizou junto aos funcionários nesse embate com a burocracia/governo. Ao final da greve, o movimento estudantil se encontrou desmobilizado, diante da maior ofensiva contra a universidade

pública. É preciso reverter esse quadro. O primeiro passo é organizar a resposta à crise da USP, aos ataques do reitor/governo. Somente uma mobilização massiva, que use o método de junho com ocupações e bloqueios de ruas, em unidade com os demais movimentos, é que será possível derrotar o reitor e o governo. Isso porque a intransigência e a violência dos ataques expressam a crise econômica que se aprofunda e requer dos governos e dos capitalistas que avancem sobre os salários, os empregos e os direitos sociais.

A centralização dos ataques dos capitalistas e dos governos coloca, por outro lado: existe uma tendência geral dos movimentos de sair à luta. É possível construir um movimento unitário que, tendo por base uma plataforma de reivindicações comuns, reúna força derrotar os capitalistas e seus governos. Para isso, é preciso romper com o corporativismo das direções e permitir que se expresse a democracia direta das assembleias, comandos de base, etc. O atual quadro de desmobilização é passageiro. As tendências gerais de luta permanecem. O problema está na trava das direções estudantis. É preciso removê-la com uma forte campanha de resposta à crise da USP contra as medidas reacionárias de Zago/Alckmin e de defesa da universidade pública e gratuita.

Democracia ou democratização da USP?

O reitor tem se colocado por fazer uma reforma estatutária na USP. Apresentou às unidades uma pauta de discussão sobre a estrutura dos colegiados e sua forma de eleição, entre outras coisas. As propostas serão levadas ao Conselho Universitário para votação e alteração do estatuto.

Zago manobra para conter as disputas no interior da burocracia universitária, de forma a ganhar mais unidade dessa burocracia na aprovação de medidas para adequar a USP à crise capitalista, ou seja, aprofundar a privatização e precarização.

Alterações na organização ou na forma de eleição dos colegiados não mudarão sua essência. Continuarão sendo instrumentos de poder autoritário de uma minoria a serviço do governo e dos capitalistas sobre a maioria dos que estudam e trabalham. Com maior ou menor participação, a estrutura burocrática continua sendo autoritária e antidemocrática. É por meio da burocracia completamente desvinculada do movimento social e das reais necessidades da ciência e da educação que o Estado controla a universidade

As direções de estudantes, professores e funcionários têm se colocado pela convocação de um congresso estatuinte, que supostamente daria uma nova estrutura de poder à universidade. Uma estatuinte sob o poder da casta burocrática autoritária não será democrática e soberana. Isto porque será parte do funcionamento burocrático da universidade. A experiência dentro e fora da USP já provou que estatuinte não muda a essência da estrutura de poder. Todas as experiências realizadas resultaram em manutenção do poder da casta burocrática que governa a mando da burguesia e seus governos.

Não por acaso os defensores da estatuinte têm trabalhado insistentemente contra a bandeira da assembleia universitária como poder soberano. Pretendem manter os estudantes

presos à legalidade ditada pelos estatutos da universidade, manejados pela burocracia. Utilizam a estatuinte como instrumento da democratização da universidade, que significa entregar o poder para uma fração da burocracia que se arvora representante da democracia e autonomia universitárias. Ao contrário, a real autonomia e democracia universitárias serão impostas pela mobilização independente de estudantes, funcionários e professores. A assembleia universitária imporá o controle coletivo, o poder tripartite com hegemonia da maioria, que são os estudantes.

Em defesa do ensino público, gratuito e sob controle dos que estudam e trabalham

A universalização do ensino é uma realidade distante dos explorados. Reserva-se a formação universitária à minoria burguesa e a uma parcela da pequena burguesia. À classe operária e camponeses pobres, a exclusão é presente em todas as etapas escolares, sendo mais intensa no ensino médio, quando passam a abandonar a escola para trabalhar e compor a renda familiar. O governo reconhece que 83% dos jovens entre 18 e 24 anos estão à margem do ensino superior.

Não é de interesse do Estado assegurar o direito à educação a todos em todos os níveis, limitam-se a alfabetização, que é o mínimo de escolaridade exigida pelas necessidades do capitalismo. A restrição do acesso à educação se mantém como parte do atraso do país semicolonial.

Os governos de Lula e de Dilma ampliaram a participação do capital privado na educação. 73% das matrículas no ensino superior estão nas instituições privadas. Políticas como o PROUNI e FIES, combinadas com o REUNI, tiveram como efeito acentuar o desmonte das instituições públicas de ensino universitário e o surgimento no Brasil do maior monopólio educacional do mundo: grupo Kroton-Anhanguera, com aproximadamente um milhão de alunos. Dilma sancionou em junho deste ano o PNE que admite o ensino privado e cujas metas propostas mantêm a exclusão da maioria.

A universalização do ensino é uma tarefa democrática que o capitalismo na fase monopolista não realizará. Sua concretização depende da combinação com a tarefa revolucionária de expropriar a burguesia, pondo fim à existência da educação privada. Toda a infraestrutura de ensino tem de ser passada para o controle coletivo. A educação não mais será um privilégio de uma minoria, mas será efetivamente um direito democrático assegurado a todos. A expropriação de toda a rede privada se realizará como parte da luta da classe operária pela revolução socialista, que porá fim à propriedade privada dos meios de produção e a coletivizará.

É tarefa das entidades estudantis (CA, DCE e as nacionais UNE e ANEL) organizar a luta pela EXPROPRIAÇÃO, SEM INDENIZAÇÃO, DE TODA A REDE PRIVADA DE ENSINO. Essa é a única forma de luta consequente em defesa da educação pública, gratuita a todos e em todos os níveis.

A violência sexual na faculdade de medicina deve ser respondida pelo movimento estudantil!

Estupros na faculdade de medicina vieram à tona recentemente, além de abusos frequentes em atividades de calou-

rada e festas tradicionais do curso. Os relatos revelam que estas práticas são recorrentes e que vítimas têm silenciado há anos. A burocracia, a atlética e a justiça levam adiante uma política comum de abafar os casos, de não apuração e de responsabilizar as mulheres agredidas. Acusam-nas implícita ou abertamente que, pelo fato destas frequentarem as festas e/ou beberem, são culpadas pela violência sofrida. Relatos também apontam que existe uma pressão da parte dos estudantes e, sobretudo, da atlética para que não sejam feitas as denúncias, pois isso prejudicaria a reputação destes últimos e da própria faculdade.

Sabemos que a violência contra a mulher não é uma particularidade do curso de medicina da USP. É a expressão abominável da opressão sobre a mulher que é geral e própria da sociedade de classes. Diante disso, os instrumentos de controle da burguesia, como a polícia, a burocracia universitária ou a justiça não se colocarão em defesa das mulheres. Os movimentos de mulheres e o movimento geral têm a tarefa de discutir coletivamente e tomar medidas de combate às questões colocadas imediatamente. As reivindicações contra a opressão da mulher devem se ligar à luta pelo fim da sociedade capitalista, condição material para se eliminar toda forma de opressão.

É necessário que se convoque uma assembleia universitária para se aprovar uma diretriz política de combate a toda forma de opressão, em particular aos casos concretos da violência contra a mulher. É preciso tirar das mãos da burocracia universitária e do governo a resposta política às festas e aos acontecimentos condenáveis que delas decorreram. Sem dúvida, as festas têm sido organizadas pelas direções estudantis vinculadas a interesses estranhos ao movimento estudantil. A casta burocrática dirigente tem todo interesse que as organizações estudantis sejam despolitizadas. No entanto, as denúncias de estupros revelam as profundas deformações da sociedade burguesa e a decadência das relações de ensino na universidade. O governo e a burocracia apresentam como solução a proibição das festas e o aumento da militarização do campus. A convocação de uma assembleia universitária deverá discutir e deliberar sobre tais medidas. Somente os estudantes mobilizados e sua vanguarda consciente podem responder corretamente à despolitização, aos recursos utilizados pelas direções reacionárias que fazem das festas como um meio de atuação política obscurantista e ao combate à opressão sobre a mulher.

Acontecimentos brutais como esses demonstram a necessidade dos estudantes elevarem sua consciência e assumirem a estratégia da revolução proletária, socialista. Esse objetivo será alcançado com a constituição de uma direção revolucionária, ou seja, que materialize o programa das transformações do capitalismo em socialismo, portanto da derrocada da burguesia. Enquanto o movimento estudantil estiver sob o controle das direções pró-capitalistas e servis aos interesses da burguesia, a universidade continuará sendo uma arena da barbárie, que se desenvolve no seio da sociedade burguesa em decomposição. Está aí por que a resposta é política e não administrativo-repressiva. Assim, defendemos que o DCE e CAs se posicionem pela convocação da assembleia universitária.

Que os CAs defendam a permanência como parte da resposta à crise

A USP possui centenas de estudantes que moram no CRUSP em condições precárias e sob coação da SAS. Há inúmeros que não conseguem vaga na moradia, uma parcela fica meses na fila de espera, outra parcela recebe um auxílio aluguel que não cobre o alto valor especulado pelas imobiliárias. Muitos estudantes mais pobres abandonam o curso por falta de condições materiais para concluí-lo. Os que se levantam em defesa da permanência são perseguidos e reprimidos pela burocracia e pelo Estado, como é o caso dos 12 presos e processados por ocuparem o térreo do bloco G – Moradia Retomada – ou os 08 eliminados políticos.

Sob o pretexto da suposta crise financeira, a burocracia e o governo atacam a permanência. A reitoria já anunciou que pretende desvinculá-la da universidade e passá-la para o controle direto do governo do estado. Desde o começo do ano, juntamente com as demais medidas de ataque, várias bolsas foram cortadas. A burocracia se põe a reduzir gastos, mas só aqueles que não afetem aos interesses das fundações e empresas privadas. As medidas aprofundam a privatização e precarização da universidade pública.

O controle da burocracia universitária está em oposição ao direito elementar de educação – a permanência é uma necessidade que garante a conclusão do curso. A dura repressão desfechada sobre o movimento visa a discipliná-lo e contê-lo, pois quando em ascensão torna-se um obstáculo à burguesia, que vê no privatismo uma forma de valorizar seu capital. A crise capitalista é o elemento de maior pressão contra os direitos sociais. A pilhagem imperialista e as necessidades parasitárias do capital não admitem o ensino superior público e gratuito, ainda que minoritariamente – como no caso do Brasil. Os cortes, arrocho salarial, não contratação e as demissões objetivam ampliar as terceirizações e parcerias, de forma a subsidiar setores da burguesia. O ataque à permanência é parte dessa política. Passá-la ao controle do Estado permitirá a aplicação autoritária de medidas que inicialmente favorecerão setores capitalistas e condicionarão as vagas a perfis e critérios que formem um corpo de moradores submetido à política governamental. Sem resistência, a moradia poderá então ser desintegrada.

Os estudantes da moradia têm sido um dos núcleos de resistência e mobilização na universidade. Em várias ocasiões, foram a vanguarda do movimento estudantil, indo muito além da defesa de interesses específicos e levantando a luta por demandas gerais. Daí a crescente

ofensiva da burocracia universitária por discipliná-lo, por diversos meios: manipulando mais a seleção, aumentando a repressão e o controle sobre os moradores, impondo normas de convívio e de uso do bandeirão etc.

É preciso erguer uma plataforma de reivindicações que se contraponha a tudo isso: a permanência como direito a todos (e não uma esmola assistencialista somente para uma estrita minoria mais necessitada – com vagas para todos na moradia, alimentação e transporte gratuitos, etc.), o controle estudantil sobre a moradia (com total autonomia diante da burocracia universitária – pelo fim da SAS, que a universidade dê todas as condições materiais para a preservação da moradia, sem nenhuma ingerência), o fim de toda repressão e controle sobre a vida dos moradores, a resolução dos problemas por meio da soberania das assembleias, com a mais ampla democracia estudantil, etc.

Como parte da defesa do direito à educação, a defesa da permanência se liga às reivindicações gerais de defesa da universidade pública e gratuita. Assim, os CAs, enquanto organismos de defesa da mobilização em defesa das necessidades gerais e mais sentidas pelos estudantes, têm o dever de colocar a organização da luta em defesa da permanência em cada curso como parte da luta geral dos estudantes. Luta esta que neste momento corresponde a responder à crise da USP, que tem se manifestado no maior ataque já visto ao ensino público e gratuito.

Imediatamente, está colocada a necessidade de resposta à crise orçamentária, que afeta a todos e deve ser enfrentada pelo conjunto, pelos três setores, organizados em assembleia geral universitária, com o objetivo de apurar as contas da universidade, de maneira independente, elaborar um orçamento que atenda as necessidades dos que estudam e trabalham, a ser garantido pelo Estado, sem ingerência e que a assembleia conclua por varrer a casta burocrática da universidade e em seu lugar seja erguido o Governo Tripartite.

DEFENDER A PERMANÊNCIA RESPONDENDO À CRISE: ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA!

MORADIA A TODOS!

FIM DE TODOS OS PROCESSOS! REINTEGRAÇÃO DOS ELIMINADOS E DEMITIDOS POLÍTICOS!

FORA PM!

FIM DA PERSEGUIÇÃO POLÍTICA NO CRUSP!

FORA SAS!

Por que rejeitamos as três chapas inscritas para as eleições do Caell e defendemos o voto nulo

Diante das chapas inscritas para as eleições do Caell (*Ruído Rosa, Flores de Mandacaru e Por isso me Grito*), não existe uma na qual se possa votar para defender a resposta de conjunto à crise da USP, nem que seja expressão do centro acadêmico voltado à mobilização e com democracia estudantil. Só nos resta assim votar NULO nestas eleições. Há inúmeras diferenças que temos com as três chapas, mas, por razões de espaço, vamos limitar-nos a apontar algumas, decisivas:

1- As três chapas têm responsabilidade pela ausência de resposta do movimento estudantil e de conjunto dos que estudam e trabalham à crise da USP. Esta é uma questão prática essencial. De nada adiantaria uma chapa apresentar um programa com o qual nos identificássemos (o que não é o caso de modo algum) se sua práti-

ca estivesse em contradição com ele. O que vimos ao longo de 2014? Logo na posse, Zago afirmou que havia uma crise orçamentária, responsabilizou os salários pelo déficit nas contas da USP e anunciou um pacote de medidas, dentre elas cortes de bolsas e contratações e congelamento salarial. As direções de estudantes, professores e funcionários não responderam a esse ataque. Quando chegou a hora da negociação salarial (final de maio), os funcionários e professores decidiram pela greve contra o reajuste zero. A direção estudantil (DCE / PSol e PSTU / Flor de Mandacaru) convocou uma assembleia (contra a qual agiu desde o início do ano) e defendeu, com apoio da maior parte da oposição (incluindo Consulta Popular/PT/Ruído Rosa e LER-QI/Por isso me Grito) o apoio passivo dos estudantes à luta salarial,

explicitamente contra a proposta de um movimento conjunto de resposta à crise da USP, defendido por nós e independentes. Essa divergência se estendeu por toda a greve e ao final dela. Em julho, a direção do DCE (Pso/PSTU) chegou a boicotar explicitamente as assembleias e comandos (depois os boicotou implicitamente, enviando alguns representantes). Após a greve, formou-se um comando de mobilização dos estudantes. A LER-QI (Por isso me Grito) propôs sua dissolução. Perdeu e passou a boicotá-lo, juntando-se às demais correntes que concorrem ao Caell. Conclusão: as três chapas se opuseram de várias formas à luta conjunta e de resposta à crise da USP. Têm, certamente com diferenças de grau, responsabilidade pela atual desmobilização estudantil diante do maior ataque à universidade pública e gratuita.

2- Nenhuma das chapas se posicionou em defesa da mobilização como método para lutar pelas reivindicações, nem pela defesa da soberania das assembleias gerais como organismo de mobilização, discussão, deliberação e ação coletivas. As três chapas listam problemas específicos e gerais do curso, da USP e de fora dela, mas não se colocam em defesa do método da ação direta (manifestações, ocupações, passeatas, greves, bloqueios de ruas e avenidas, etc.) assentada na democracia estudantil e em unidade com os movimentos dos explorados de fora da universidade como meio para enfrentar esses problemas. As reivindicações são levantadas como plataforma eleitoral, buscam assim apenas atrair votos daqueles que se identificam com os problemas listados. A real unidade se constrói ao redor da defesa das reivindicações comuns. São as necessidades gerais que levam estudantes de pensamentos diferentes a se juntarem para ganhar a força da ação coletiva e obrigar a burocracia dirigente da universidade a atendê-las. É o movimento da maioria que constrói a unidade na luta. A defesa da soberania das assembleias por uma direção é fundamental para garantir que será a decisão da maioria que valerá, e o método de colocar as decisões em prática pelos mesmos que decidem, de forma coletiva. Essa posição estimula o fortalecimento da ação coletiva em oposição ao individualismo, que enfraquece os estudantes diante do poder da burocracia dirigente da universidade.

3- Todas as chapas se colocam no campo da preservação da universidade de classe, burguesa, e no campo da tese reformista e utópica da transformação social por meio da educação/conhecimento. Todas enaltecem a USP, mas não mostram que a universidade é manejada pelos capitalistas e seus governos, que impõem o conhecimento repetitivo, memorístico, decorativo, descolado da realidade. A universidade que temos é uma formadora de mão-de-obra qualificada para a classe dominante. Ela mantém a maioria oprimida sem acesso. Ela se encontra na sua maioria mercantilizada, privada, e na sua minoria pública, privatizada e precarizada. Essa universidade não serve para nenhuma transformação social, antes reafirma a sociedade em que vivemos. Sua educação é mais um adestramento que outra coisa, seu conhecimento não é produzido, apenas reproduzido. **É a luta dos que estudam e trabalham, quando se mobilizam por suas necessidades mais sentidas, em unidade com os explorados de fora da universidade e em choque com os exploradores e seus governos, que serve de apoio na luta pela real transformação social,** que só pode ser consequente como revolução proletária, socialista. Uma nova universidade, que una teoria e prática, que atenda e tenha em seu interior toda a maioria oprimida, só pode ser fruto de uma nova sociedade, socialista. A importância dessa defesa num centro acadêmico é que sob esta perspectiva a direção será capaz de impulsionar o movimento para defender as reivindicações mais sentidas e imediatas dos estudantes com os métodos que permitem ganhar a força da ação coletiva através da mobilização e organizando-a sob a democracia es-

tudantil. A posição de reforma/retoques na universidade de classe, por outro lado, leva à conciliação com a burocracia dirigente, sob o pretexto de sua “democratização”. E a defesa de que a educação/conhecimento sejam “transformadores” da sociedade leva a reduzir o papel da mobilização a esses objetivos, portanto à individualização da resposta aos problemas e da transformação social.

Chamamos assim o voto nulo para defender, em síntese:

1) Responder à crise da USP: convocar a Assembleia geral universitária, para apurar de forma independente as contas da USP, elaborar um orçamento que atenda às reivindicações, varrer com a casta burocrática autoritária e instalar o governo tripartite, eleito por voto universal, com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária. Isto é a real democracia e autonomia universitárias!

2) Por um Caell como instrumento de organização da mobilização dos estudantes ao redor das reivindicações gerais e específicas, baseada na soberania das assembleias gerais e na mais ampla democracia estudantil, voltado a impulsionar a ação direta (manifestações, passeatas, ocupações de prédios e avenidas, greves, etc.) como método essencial para o atendimento das demandas. Que o Caell defenda as reais necessidades dos estudantes, jamais condicionando-as ou limitando-as àquilo que burocracia/governo afirmam poder ceder.

3) Para combater e eliminar o privatismo e precarização da universidade pública, e pela estatização sem indenização de toda a rede privada de ensino, colocando-a sob controle de quem nela estuda e trabalha. Pelo ensino público e gratuito para todos, laico, único, científico e que una teoria e prática (vinculado à produção social). Pelo fim do vestibular e defesa do direito democrático de acesso universal à educação em todos os níveis. Pelo direito à permanência como parte do direito à educação, que portanto deve ser garantida a todos, com autonomia diante da burocracia e controle pelo movimento estudantil. Contra o racismo, pela aplicação imediata na USP da lei de cotas.

4) Para combater a repressão, que é desfechada pelos governos/reitorias como meio de impor suas medidas violentas de ataques à universidade pública e gratuita. Exigir o FORA PM! Fim dos processos contra trabalhadores e estudantes, na USP, nas demais universidades e em todos os movimentos sociais! Reintegração de todos os eliminados e demitido políticos! Fim dos cercos policiais e repressão às manifestações! Pelo direito a livre manifestação e expressão! Pelo fim dos assassinatos de negros e pobres nas periferias! Pelo fim dos assassinatos de sem-terras e índios! Pelo fim da PM e pelo armamento da população! Pelo fortalecimento do Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão-SP, como a expressão da frente única para a autodefesa e pelo direito democrático dos movimentos sociais de manifestação e organização ao redor de suas reivindicações.

4) Pela luta consequente contra todas as opressões: que mostre sua raiz na sociedade de classes e na opressão nacional e social; que una as reivindicações contra as opressões à luta geral pelo fim do capitalismo, condição material para acabar de vez com toda forma de opressão.

5) Para defender a ligação das lutas específicas às lutas gerais, para buscar a unidade com a luta dos explorados contra os exploradores, daqui e de outros países; de todos os povos oprimidos contra o intervencionismo político, econômico e militar das potências imperialistas.

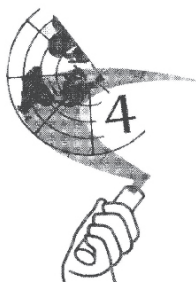
6) Pela revolução proletária, socialista, que transformará a propriedade privada dos meios de produção em coletiva, pondo fim à exploração de classe, e permitindo construir uma nova sociedade, onde haverá uma nova universidade, em que todos terão acesso a todo conhecimento, que unirá teoria e prática.

Nesta edição:

- Ariel Román continua em greve de fome dura
- Europa: uma nova etapa na luta de classes
- Retrocessos no Egito
- Racismo nos Estados Unidos

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Carta às autoridades governamentais da Bolívia

O Partido Operário Revolucionário/POR, membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, do qual o POR boliviano faz parte, vem diante das autoridades governamentais solicitar que seja atendida a reivindicação de Ariel Román de entrega da guarda de sua filha adotiva.

Conhecemos Ariel e sua companheira de vida Márcia como pessoas íntegras e totalmente capazes de cuidar da criança. Tivemos a sorte de conhecer também sua filha e testemunhar o zelo dos pais. Ariel e Márcia de forma alguma podem ser acusados de sequestrar ou traficar a criança. Não cometeram nenhum crime de humanidade. Pelo contrário, assumiram uma dura responsabilidade de cuidar como um filho natural a criança que não contava com pais que pudessem criá-la.

É conhecido o histórico de esquizofrenia na família biológica da menina. Mesmo assim, Ariel e Márcia não temeram que a filha adotiva viesse mais tarde manifestar a enfermidade hereditária. Esse aspecto foi revelado na carta de Ariel Román para demonstrar a proteção dada a uma criança que via-de-regra seria rejeitada em uma adoção. Poucos têm a compreensão e a coragem de Ariel e Márcia para com problemas humanos dessa natureza. É um erro injustificável da Defensoria da Criança acusá-los de tráfico de pessoas e obrigar Ariel Román a se pôr em greve de fome dura.

Sabemos perfeitamente que se trata de um dirigente do POR boliviano, que, como revolucionário e inflexível opositor do governo Evo Morales, tem ferozes inimigos dentro e fora das instituições do Estado. Tudo indica que a diretora da Defensoria da Criança, Lic. Raquel Melgar, galvaniza o ódio ao POR boliviano e, em particular, aos seus militantes Ariel e Márcia.

Como revolucionários, temos consciência de que nossos



Ariel mantém sua greve de fome dura para pressionar a justiça a parar com a perseguição a sua filha

inimigos de classe tudo fazem para nos enfraquecer e nos liquidar. A investida pessoal contra Ariel e Márcia, sem dúvida, é um recurso dos mais baixos que um adversário pode utilizar. Não há pessoa em Cochabamba que conheça Ariel e Márcia que não ateste que a criança foi adotada sobre a base dos princípios mais elevados. Negar-lhes o direito à adoção, arrancar a criança de seus cuidados, colocá-la em um abrigo, processá-los criminalmente e, finalmente, encarcerá-los resultarão em um escândalo de perseguição política.

O Partido Operário Revolucionário do Brasil vem diante das autoridades bolivianas protestar contra tal violência, responsabilizar o governo pela saúde de Ariel Román e reivindicar o atendimento das exigências dos pais adotivos.

São Paulo, 30 de novembro de 2014

Foi realizado, entre os dias 27 e 29 de novembro, o XIV Congresso do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte. A Corrente Proletária na Educação/POR apresentou uma moção de solidariedade à luta de Ariel Román. Segue a moção:

MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE

Os delegados presentes ao XIV Congresso do Sinte/RN (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Norte) apoiam incondicionalmente a luta de Ariel, que tem sido vítima de perseguição política pelo governo de Evo Mo-

rales da Bolívia.

Ariel luta pelo direito a receber a Ata de Medida de Proteção, de outubro de 2012, emitida pela Defensoria da Criança para ter o direito de adoção de sua filha. Como represália, teve seu domicílio invadido com objetivo de tomar sua criança.

Que a Defensoria entregue imediatamente a Ata de Medida de Proteção e deixe de usar uma criança como instrumento de perseguição política.

- Solidariedade a Ariel Román!
- Pela imediata entrega da Ata de Medida de Proteção!

Nísia Floresta, 29 de Novembro de 2014.

O Partido Operário Revolucionário no Brasil, membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, do qual também faz parte o POR boliviano, divulga a carta-convocatória de uma reunião para organizar o movimento de defesa de Ariel Román, que está em greve de fome.

Ariel Román continua com a saúde deteriorada Continua em greve de fome dura

Nosso camarada, Ariel Román, foi obrigado a continuar a greve de fome dura, real, como é característica dos revolucionários trotskistas, em defesa de sua filha diante do Estado negligente, que não cuida em absoluto do bem-estar das crianças e que prefere vê-las reclusas em abrigos transitórios sem recursos e em péssimas condições, impondo seus mesquinhos interesses e sua incapacidade.

A atual diretora da Defensoria da Criança, Lic. Raquel Melgar, manipulada pelos masistas ligados ao governo, doentio inimigo de Ariel e Márcia, por sua condição de militantes do POR e ativistas na Universidade, pretende forjar uma acusação contra eles por delito de tráfico de pessoas, com o propósito de encarcerá-los, sem se importar com o destino da criança, guiados unicamente por seu ódio ao trotskismo.

Agradecemos todas as manifestações de apoio e solidariedade com a luta que trava Ariel em defesa de sua filha e contra o ódio político dos esbirros deste governo, que não têm nenhum escrúpulo em recorrer aos meios mais covardes para



perseguir os revolucionários que denunciavam a impostura da política masista, que usam o nome da nação oprimida e das massas exploradas para encobrir sua política direitista a serviço da burguesia crioula e de seus sócios multinacionais, que continuam sangrando o país, extraindo-lhe seus recursos naturais não-renováveis, até esgotá-los.

Há mais de vinte dias em greve e com a saúde gravemente deteriorada, o camarada Román se mantém firme em sua decisão de defender sua pequena, entregando sua vida, que é o único recurso com que conta agora, entregando sua vida por suas ideias, entregando sua vida em sua luta permanente contra o sistema putrefato e seu governo burguês, repressor.

O POR convoca todos os revolucionários, camaradas, amigos e simpatizantes a uma reunião urgente para segunda-feira, 1 de dezembro, às 19:30 horas, no Anfiteatro do Monobloco da UMSA.

**Viva a greve de fome dura de Ariel Román!
Abaixo o governo incapaz e repressor!**

Moção de apoio à luta de Ariel Román

Na reunião de Representantes de Escolas da rede municipal de ensino de São Paulo, realizada no dia 2 de dezembro de 2014, que contou com a participação de 1.200 dos trabalhadores da educação, aprovou-se uma moção de apoio à luta de Ariel Román, que está em greve de fome reivindicando o legítimo direito de pais adotivos. Segundo o informe, chegou-se à conclusão de que os pais da filha adotiva não fazem senão proteger a criança. A Defensoria da Criança de Cochabamba deveria, antes de tudo,

reconhecer que Ariel e Márcia têm cuidado da menina adotiva como verdadeiros pais. Nesse sentido, o Conselho de Representantes do Sinpeem pede às autoridades governamentais que seja entregue definitivamente a Ariel e Márcia a guarda da filha.

Sem mais,

São Paulo, 2 de dezembro de 2014

*Trabalhadores da educação presente no
Conselho de Representantes*

Direção do CERQUI prepara a Conferência

A Conferência que seria realizada em fins de novembro foi remarcada para março de 2015. A direção considerou necessário coletivizar a discussão e a elaboração de resoluções. Foi mantida a pauta indicada na reunião de 29 de junho de 2014: 1) Atualização da tese internacional; 2) América Latina. O documento central sobre as teses internacionais foi redigido no prazo estipulado (fins de setembro) e enviado às seções. No entanto, verificou-se a necessidade de uma reunião da direção para discuti-lo e corrigi-lo. É fundamental que a Conferência seja bem preparada pelas seções como um todo. Dado o avanço da crise mundial e da luta de classes, colocou-se a necessidade de elaborar teses para as situações particulares. A direção do CE assim não somente aprovou o documento contendo as teses gerais com contribuições e modificações como também elaborou um conjunto de resoluções específicas. São elas: Sobre o México; Venezuela; Palestina; Ucrânia e Estado

Islâmico. Abriu-se um informe e discussão sobre a situação política da Argentina, Bolívia, Chile e Brasil. A seção brasileira apresentou por escrito seu informe na forma de uma resolução. As demais seções se comprometeram a redigir suas resoluções. Não foi possível redigir uma tese particular sobre a crise na América Latina, mas poderá ser redigida, como também outras teses. Finalizou-se esse ponto com a fixação da nova data da Conferência.

Sobre a greve de fome dura de Ariel Román. Foi dado um informe em torno dos motivos que levaram o camarada à medida extrema. Caracterizou-se como uma vil perseguição dos massistas ao militante do POR. O CE condenou a violência judicial, que objetiva retirar de Ariel e Márcia a filha adotiva e colocá-los na prisão. A orientação é a de realizar uma campanha de defesa de Ariel e de denúncia do governo do MAS, exigindo que pare imediatamente a perseguição política.

Europa: uma nova etapa na luta de classes

O pífio crescimento na União Europeia-UE (1% em 2014 e previsão de 1,5% para 2015) foi alcançado com profundos desequilíbrios e abalos nas bases sociais dos governos. Os ataques às condições de vida das massas e a transferência de riquezas dos cofres dos Estados nacionais aos banqueiros e aos monopólios protegeram a lucratividade dos capitalistas. Conseguiram retardar assim as manifestações mais profundas da crise, principalmente na Alemanha e França. Por outro lado, afundaram as nações mais débeis na dívida pública, no desemprego, na destruição de serviços públicos e no empobrecimento dos explorados. No entanto, a queda do crescimento e a estagnação na Alemanha e França impulsionarão as tendências de desagregação do capitalismo europeu. O que colocará Europa em um novo patamar da crise política.

De conjunto, a situação na Europa tornou-se uma bomba relógio. A crise econômica abalou as relações entre as classes e entre estas e os Estados nacionais. Por cima das estruturas políticas, a crise arrastou as frações burguesas a se envolverem em inúmeros choques em torno das diretrizes a serem aplicadas. As frações nacionais da burguesia europeia procuram defender suas fronteiras do “contágio” da crise social, sem contudo conseguir barrá-la. O fundamental do próximo período está em que esses ziguezagues combinam-se com o crescimento da luta dos explorados. Numerosas e massivas greves deflagraram-se. Atingiram simultaneamente vários países, chocando-se com os planos de ajuste dos governos. As condições para uma onda de luta proletária e popular estão dadas. No entanto, é preciso considerar a ausência de uma direção revolucionária capaz de unificar as massas nacionais e continentais em uma frente única anticapitalista.

A desagregação da economia europeia se aprofunda

Tudo indica que o crescimento na Espanha (0,4%) e na Grécia (0,3%), no último trimestre, não representa uma tendência de crescimento e de saída da crise de superprodução. Os violentos ajustes e destruição de milhões de empregos não foram suficientes para destruir forças produtivas em magnitudes necessárias. A burguesia tem de explorar ainda mais a fundo a força de trabalho e avançar a destruição de parcelas de forças produtivas. Um novo ciclo de crescimento depende da gigantesca queima de valores produzidos. O teto alcançado em 11% de desemprego em toda Europa, as novas leis trabalhistas, os ajustes nos serviços públicos, o congelamento salarial e a nova etapa de destruição de postos de trabalho indicam que um novo período de crescimento só poderá ocorrer depois de maior destruição de forças produtivas.

Na França, o grupo PSA [Peugeot](#) Citroën anunciou que irá eliminar 3.450 empregos, em 2015. A multinacional prevê novas medidas, demissões “voluntárias” e transferências internas. Desde 2011 até hoje, já foram eliminados 11 mil postos de um total de 50 mil que compõem o grupo. Serão criados, no entanto, mais de dois mil empregos, embora com condições trabalhistas flexibilizadas. Enquanto isso, foram transferidos dos cofres públicos à multinacional três bilhões de euros de subsídios, neste ano.

A Espanha, embora saísse da recessão técnica, teve, no en-



Milhares protestam na Espanha

tanto, seu quinto mês consecutivo de queda de preços (caíram 0,4% só em novembro). A deflação reflete o estreitamento violento do mercado interno. A queda nos preços em um marco de estagnação da economia e de destruição de empregos demonstra o artificioso crescimento. São as tendências negativas que predominam. De fato, a economia do país se contraiu, passando de 9ª para 14ª no ranking das maiores economias do mundo, segundo o FMI. Enquanto os lucros das multinacionais subiram em 62,4%, os salários subiram 0,57% e o desemprego estabilizou-se em 23,6% (46% entre os jovens). Por outro lado, a dívida pública atingiu 100% do PIB e em 2015 terá de fazer o maior pagamento da dívida em toda sua história: 155 bilhões de euros. Somente de juros pagará 35.490 milhões (3,5% do PIB): 10 bilhões a mais dos gastos em subsídios ao desemprego e muito acima dos orçamentos dos ministérios de Emprego e Segurança Social (22.421 bilhões), Interior (7.241 bilhões) ou Defesa (5.764 bilhões).

Em recessão há três anos, a Itália teve o PIB reduzido em 9%. 80 mil empresas fecharam e um milhão de pessoas perderam seus empregos desde 2008 (400 mil só em 2013). O desemprego é de 13,2% e de 44% entre a juventude. Seis milhões de italianos vivem na pobreza absoluta. Trata-se dos indicadores mais altos em toda história moderna do país. Além disso, será desfechado ainda um golpe mais violento quando o governo de Matteo Renzi aprovar um pacote de novas medidas trabalhistas: a tal de “Job Act” (Ata do Trabalho), que impõe reduções nos salários, eliminação de empregos, congelamento dos salários dos servidores públicos em 2015, legalização dos contratos temporários por 36 meses, aumento dos impostos ao consumo e eliminação do artigo 18 da lei trabalhista que protege os trabalhadores contra demissões injustificadas e garante a liberdade de organização e eleição de delegados sindicais. A situação piora quando se observa que a Itália, pela primeira vez, nos últimos 50 anos, arrastra uma situação deflacionária com a queda dos preços constante nos últimos três anos (-10,7%), consequência da queda do consumo popular.

Na Grécia, a nova etapa do *Programa de Resgate* (2 mil bilhões de euros) foi adiado pela negativa do governo grego de aplicar novos ajustes. É visível a maciça destruição das forças

produtivas internas: 24 trimestres de ajustes reduziram em 25% a riqueza do país e destruíram mais de um milhão de empregos. O desemprego atinge 28% da população e chegou a 60% entre a juventude. Em uma de cada cinco famílias gregas, nenhum de seus membros tem emprego. Um terço das famílias do país perdeu o seguro saúde, devido ao desemprego crônico. Cerca de 80% dos desempregados não têm nenhum direito, nem recebem algum tipo de ajuda financeira. Mais de 23 mil empresas quebraram desde 2008. A pobreza infantil no país atingiu 40%. 5000 ilhas, acessíveis só por meio de barcos, terão transporte somente no verão, devido os cortes. Na maioria delas, hospitais públicos foram fechados.

Esse quadro dramático reflete a crise de superprodução, as violentas medidas impostas pelos governos e as tendências desintegradoras do capitalismo que se manifestam em todo o continente europeu. A Europa socialdemocrata e do Estado do bem-estar social deu lugar a uma Europa de ataque em toda linha à vida das massas. O que agrava suas contradições e impulsiona a barbárie capitalista. O movimento contrário a essa situação é encarnado pelas massas em luta.

Desenvolve-se um novo período de ascenso das lutas operárias e populares

Em novembro, deflagrou na Inglaterra uma greve geral dos servidores públicos da saúde contra o congelamento salarial. 450 mil assalariados (médicos, enfermeiros, etc.) do Sistema Nacional de Saúde tomaram as ruas em todo o país. Trata-se da segunda greve geral do setor contra os ajustes. Os maiores sindicatos da categoria reagem à negativa do governo de aumentar os salários acima de 1% e garantir os 3% que por lei abarcam 6000 mil trabalhadores.

Na Itália, massivas greves das três maiores centrais sindicais do país (CIGL, UIL e CISL) foram deflagradas contra o novo projeto de lei trabalhista e os ajustes. Os jovens dos bairros mais empobrecidos têm realizado inúmeros protestos e confrontam quase que diuturnamente as forças repressivas. No dia 14, eclodiu uma grande mobilização de trabalhadores, que entraram em greve em Torino, Roma, Milão, Nápoles, Gênova, Palermo e Florença. A greve dos transportes públicos paralisou as cidades. Os trabalhadores dos transportes aéreos paralisaram os voos da EasyJet, Alitalia e TechnoSky. O sindicato dos metalúrgicos de Nápoles, Fiom, decretou greve geral por oito horas em todas as empresas no sul do país. Nos dias 25 de outubro e 6 de novembro, ocorreram massivas mobilizações. Está convocada, pelas três centrais sindicais, uma greve geral para 5 de dezembro. Todas as mobilizações destacaram-se por rechaçar os ajustes e rejeitar *“a reforma de Renzi e a Troika”*.

A Grécia foi paralisada por uma massiva greve geral, convocada pelos sindicatos dos servidores públicos e do setor privado. Milhares exigiram a demissão do governo e o fim da *“política de austeridade”*, que impõe massivas demissões no setor público. Rejeitaram a nova legislação trabalhista que permite demissões sem justa causa e a precarização dos empregos e dos salários. Uma nova greve geral foi convocada para 7 de

dezembro, véspera da votação do orçamento no Parlamento. Os partidos da ordem burguesa veem suas bases virar pó. À esquerda e à direita, deslocam-se as massas empobrecidas e desesperadas da pequena burguesia: ora sob a influência dos agrupamentos chauvinistas, ora sob a política do reformismo pequeno-burguês do Partido Syriza. O fato é que numerosas camadas populares rejeitam os ajustes exigidos pela Comissão Europeia.

Na Bélgica, já são três semanas de greves contra os ajustes, os ataques às condições de vida das massas, contra a reforma do sistema de aposentadorias e de cortes na segurança social. O governo pretende reduzir assim a dívida pública, que atingiu 100% do PIB. As massas rechaçam o plano. As mobilizações com milhares de pessoas bloquearam estradas, paralisaram os transportes e fecharam centenas de empresas públicas e privadas. O plano de lutas desembocará, no dia 15 de dezembro, em uma greve geral.

Na Espanha, milhares saíram às ruas exigindo *“pão, trabalho, teto e dignidade”*, no dia 29 de novembro. Da manifestação, participaram movimentos sociais e sindicatos vinculados a CCOO e a UGT. Com palavras de ordem como *“Viva a luta da classe operária”*, *“Governo demissão, corruptos na prisão”* e faixas com os dizeres *“Não ao pagamento da dívida ilegítima”* e *“Violência é roubar casa e pão”*, os manifestantes tomaram as principais avenidas da capital espanhola.



Greve na Itália

O fundamental das tendências de luta

O movimento defensivo dos explorados em várias partes da Europa indica a polarização entre as classes. Os explorados não têm como esperar soluções da crise pela via do Estado burguês, que não seja cortar em sua própria carne. Também não têm como procurar o atendimento de suas reivindicações pela via do Parlamento e dos partidos burgueses. O caminho a percorrer, portanto, é o da luta de classes, do método da ação direta. O fato das manifestações se tornarem cada vez mais ativas e massivas fortalecem a confiança nos explorados de que a ação coletiva lhes confere uma poderosa força social. A burocracia sindical está sob a tremenda pressão das bases. Procura a conciliação, mas o campo de manobra política se estreitou. A burguesia não tem tempo para morosas negociações, nem para despendar migalhas. Está em posição de ataque à vida dos trabalhadores. Essa é a exigência da crise que se arrasta desde 2008. O que poderia ser feito para limitar a destruição de forças produtivas já não é tão sustentável. Será preciso uma queima de valores muito mais ampla.

Nesses quase seis anos de crise, as intervenções dos governos europeus não fizeram senão potenciar as contradições. É o que se verifica diante do impasse da União Europeia e da Zona do Euro. Fazem parte desse quadro velhas conquistas do movimento operário e reformas socialdemocratas, que já não podem ser garantidas pela burguesia.

A classe operária tem pela frente a tarefa de constituir seu partido revolucionário. Depende, no entanto, de que se sua vanguarda se volte para o programa da revolução socialista.

Retrocessos no Egito

O Tribunal da ditadura sangrenta de al-Sissi absolveu o carrasco Hosni Mubarak, que anteriormente havia sido condenado à prisão perpétua. O ex-presidente é responsável pela morte de 239 manifestantes, que tombaram no início de 2011, quando exigiam o fim da sua ditadura. Na realidade, estimam-se mais de 900 mortos.

Mubarak foi afastado pelos militares e finalmente preso. Com a constituição da Assembleia do Povo e a eleição de Mohamed Morsi, vinculado à Irmandade Muçulmana, em junho de 2012, esperava-se o fim do ciclo ditatorial e o início da democracia. A apuração dos crimes de Mubarak e de seus partidários seria uma demonstração de vitalidade da democracia nascente. No entanto, o afastamento de Mubarak não passou de uma manobra política das Forças Armadas para preservar o velho regime. As eleições para a Assembleia do Povo e para definir o Presidente da República revelaram-se uma contingência passageira. A camarilha militar não iria se submeter ao novo regime e muito menos a um governo da Irmandade Muçulmana. Instalou-se uma crise imediatamente à vitória de Morsi.

As gigantescas manifestações da Praça Tahir, o rio de sangue e a heroica resistência não serviram para destruir de cima a baixo a ditadura dos generais. As massas alimentaram a ilusão de que as Forças Armadas seriam o instrumento para a democratização do Egito. Nisso contribuiu decisivamente a própria Irmandade Muçulmana, que logo seria vítima de um golpe militar e de novas mananças. Não faltaram esquerdistas que se entusiasmassem com a “revolução democrática”, mesmo sendo evidente que as massas estavam sob o comando de direções burguesas e pequeno-burguesas.

O golpe militar comandado pelo general Abdel Pattah al-Sissi clareou a real situação política do Egito. Não cabe ao País economicamente atrasado - semicolonial, carente de uma poderosa burguesia nacional e profundamente submetido ao imperialismo - implantar a democracia burguesa, as mais amplas liberdades políticas e sindicais. A ditadura de 30 anos de Mubarak é a prova de que o Egito não terá democracia plena.

A República, instaurada em 1953, resultou de um golpe liderado pelo coronel Gamal Abdel Nasser, que, em 1952, pôs fim à monarquia. Com Nasser, abriu-se um período de nacionalismo burguês. Confrontar-se-á com o Estado sionista de Israel e com os Estados Unidos. É derrotado em 1967 na Guerra dos Seis Dias. O nacionalismo militar chega ao fim. O último suspiro é dado por Anwar Sadat. O Egito sofre a segunda derrota na guerra denominada pelos sionistas de Yom Kippur, em 1973. Inicia-se o período de total subserviência da feudal-burguesia aos Estados Unidos. De inimigo, o Egito passa a ser um pilar de sustentação do Estado de Israel e do expansionismo sionista sobre o território palestino. Em 1981, o general Hosni Mubarak sucede Sadat e instala uma ditadura de três décadas. Fracassado o nacionalismo burguês, encar-

nado por uma fração progressista das Forças Armadas, deu lugar ao entreguismo sem atenuantes.

Basta essa síntese para se ter a noção sobre as razões que levaram ao esgotamento do levante das massas em 2011, ao golpe de 2013 e a mais um banho de sangue.

O movimento de abril contra o governo da Irmandade Muçulmana, denominado de Revolta, ao contrário daquele que iniciou o combate pelo fim do governo de Mubarak, se mostrou contrarrevolucionário. Serviu de base social para al-Sissi reunir capacidade para o golpe sangrento e para desfechar a brutal perseguição à Irmandade Muçulmana.

O processo da revolução e da contrarrevolução no Egito nos mostra, com suas particularidades, a necessidade de uma direção proletária. As massas por si só não têm como transformar sua poderosa força social em revolução. No Egito, o levante foi canalizado pelas direções burguesas e pequeno-burguesas, incapazes de enfrentar o principal pilar da ditadura, que são as Forças Armadas. Ao entregar-lhes a tarefa de afastamento de Mubarak e de instalação da democracia, as direções traíram as massas e uma grande parte dos explorados serviu de instrumento para o retorno da ditadura.

A absolvição de Mubarak e a condenação de Morsi são apenas sintomas da contrarrevolução.

Interessa à política internacional do proletariado extrair o máximo das lições. Nada substitui as experiências dos explorados. No Egito não há lugar para uma revolução democrático-burguesa. É tarde para constituir uma vigorosa democracia. A revolução que implantará a democracia dos explorados será proletária. A feudal-burguesia egípcia, com todo seu aparato militar, policial e judicial, deverá ser varrida. Os laços econômicos, político e militares com o imperialismo serão cortados. O Egito conhecerá de fato a independência nacional. As suas forças produtivas passarão a cargo da classe operária. Os camponeses pobres se libertarão da oligarquia latifundiária. A classe média perderá a função de protetora dos interesses dos monopólios, que na realidade lhe são estranhos.

O proletariado egípcio, aliado aos camponeses, ao construir o seu partido e avançar sobre o domínio da feudal-burguesia e do imperialismo, atrairá as massas árabes para a revolução libertadora. Os palestinos, em particular, terão atrás de si e ao seu lado as forças necessárias para enfrentar o Estado sionista. A bandeira de Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio ganhará um conteúdo concreto e particular.

São essas as lições que tiramos para avançar em nosso objetivo de superar a crise de direção revolucionária, de construção dos partidos marxista-leninista-trotskistas e de reconstrução da IV Internacional. Abaixo a ditadura de al Sissi! Punição a todos os genocidas! Viva a revolução egípcia!

Racismo nos Estados Unidos

Comentamos aspectos da entrevista de Stefan Bradley, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, de 30 de novembro. Bradley exerce a função de diretor do programa de Estudos Afro-americanos na universidade de Saint Louis. Presenciou a revolta negra diante da negativa da justiça abrir um processo criminal contra o policial Darren Wilson, assassino do jovem Michael Brown.

Reproduzimos duas passagens: “Houve um silêncio estranho quando as pessoas escutavam o promotor Robert McCulloch explicar por que não haveria processo criminal. Era possível ouvir os lamentos de frustração. Em seguida, ouvimos tiros. Mais tarde, três prédios foram incendiados. Muitos veem esses jovens como loucos e não civilizados, porque destroem propriedades e queimam prédios.” “(...) Você pode fazer leis que previnem o racismo, mas há outro componente que é a aplicação da lei, que nem sempre é feita de maneira adequada. E há o elemento humano. Tivemos uma Lei de Direitos Civis, há 50 anos. Elegemos um presidente negro, em 2008, mas isso não muda corações e mentes de pessoas que sempre perceberam os negros de certa maneira. A estrutura de poder foi desenhada para beneficiar certos grupos e, quando pessoas no fundo dessa estrutura sentem que foram empurradas para um canto, elas reagem.”

Não há outra via de combate ao racismo senão com os métodos dos levantes e insurreições. O problema está em que a juventude não tem como expressar a revolta por meio de um partido revolucionário, do programa e da política proletárias.

As instituições estatais responsáveis de aplicarem a Lei de Direitos Civis expressam as relações econômicas e de classe do capitalismo nos Estados Unidos. A opressão sobre os negros e as manifestações de racismo não cessaram com o fim das leis raciais, que por muito tempo imperaram na República. A burguesia e a classe média branca não iriam abolir as discriminações simplesmente porque uma camada da população negra ascendeu socialmente, adentrando à classe média e porque o movimento democrático pelo fim das leis raciais

finalmente obteve uma vitória com a promulgação da Lei dos Direitos Civis.

A opressão sobre o negro não é uma marca particular dos Estados Unidos. No Brasil, também é acentuada, apesar de não ter assumido as características de uma República racial. Mais exemplar é o caso da África do Sul, país negro colonizado pelos brancos. O fim do regime racial do apartheid não pôs fim à opressão da minoria burguesa sobre a maioria negra. O racismo é um fenômeno histórico-social da sociedade de classes, do colonialismo e do imperialismo. Não se mudará a cultura e a mentalidade racial enquanto houver dominação nacional (imperialista) e de classe (da burguesia sobre o proletariado). As campanhas cívicas, as denúncias e as leis antirracismo mais mascaram do que limitam a discriminação.

Nos Estados Unidos, o capitalismo alcançou o ponto mais alto do desenvolvimento das forças produtivas, portanto, da capacidade de criar riqueza, no entanto, não teve como erradicar a opressão racial. A raiz da opressão sobre os negros

não está na cor da pele, mas no fato de serem explorados, de seus antepassados pertencerem à África espoliada e parte deles ter servido ao escravismo. Tudo isso é muito bem conhecido. Os próprios movimentos antirraciais via de regra ocultam, negam-se a se organizar como parte da classe operária (que congrega indistintamente negros e brancos) e rechaçam a estratégia da revolução social. A explosividade da juventude negra americana é um bom sinal. Significa que está escapando ao controle dos pastores, do pacifismo, dos Luther Kings. Não se pode eliminar a violência de classe com métodos pacíficos. É claro que a destruição de estabelecimentos comerciais, queima de carros, etc., como resultado de explosões caóticas, movidas apenas pelo ódio aos opressores e às instituições burguesas que os protegem não têm como aglutinar as forças das massas. É preciso partir do ódio antirracista e dos levantes espontâneos, evidentemente, para transformá-lo em consciência e organização de classe dos explorados.



Adquira com o distribuidor deste jornal

Combater o genocídio do povo palestino com o internacionalismo proletário

2014

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

50 anos da ditadura militar 1964-2014

A revolução proletária acabará com a ditadura de classe da burguesia

Construir o Partido Operário Revolucionário

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Viva a Revolução Russa de 1917!

A Revolução Russa, as teses de “A Revolução Traída” e o prognóstico histórico de Trotsky

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

O Novo Curso

com o Prólogo da edição grega (1933) **León Trotsky (1933)**

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

25 de Novembro de 2014

EUA: revolta popular em Ferguson Mais uma vez a burguesia norte-americana mostra o arraigado racismo

O tribunal penal da cidade de São Luís, capital do estado de Missouri, inocentou Darren Wilson, o policial branco que assassinou com seis disparos, em Ferguson, no dia 9 de agosto, o jovem negro desarmado, Michael Brown, de 18 anos. A absolvição do assassino foi anunciada antecipadamente por Robert P. McCulloch. Segundo afirmou, *“foi feita apuração exaustiva, o jurado analisou os materiais do fato e depois de dois dias de debates decidiu não apresentar acusação contra Wilson”*. O tribunal decidiu que o policial *“agiu em legítima defesa”*, porque Brown tentou *“agredi-lo”*. Porém, as investigações feitas logo após a morte de Brown indicaram que estava desarmado e tinha se rendido.

Milhares de manifestantes aguardavam a sentença em Ferguson. Logo após ouvirem a absolvição de Wilson, se revoltaram. Fecharam as ruas e enfrentaram a polícia com pedras e bombas incendiárias. A tropa de choque respondeu com gás lacrimogêneo e balas de borracha. Comércio e carros da polícia foram incendiados. Os familiares de Brown pediram que se preservassem *“as propriedades”*. Obama chamou-os a confiarem nas instituições e a se manifestarem pacificamente.

Segundo o governador de Missouri, Jay Nixon, as manifestações de agosto tinham sido *“infiltradas”* por grupos radicalizados. Na semana passada, foram presas duas pessoas por tentarem comprar explosivos

que, segundo o FBI, estão ligadas ao Novo Partido dos Panteras Negras (NPPN). A descaracterização dos protestos, as prisões de militantes do NPPN e a militarização da cidade visaram a acabar com os protestos. Os manifestantes se defrontaram como o Estado policial montado para reprimir as manifestações. O toque de recolher foi decretado. Porém, a população continuou

nas ruas. Milhares também protestaram em Filadélfia, Chicago, Seattle, Los Angeles, São Francisco, Detroit, Nova York, etc. A tentativa de conter os protestos por meio da ameaça de decretação do estado de sítio não vingou.

A retomada da revolta popular negra em Ferguson e as mobilizações nas maiores cidades do país expuseram à luz do dia a face racista das instituições da burguesia norte-americana. O fim da segregação racial, em 1964, mudou o status jurídico dos negros. Porém, não acabou com as bases materiais sobre as quais se assenta a violência

racial como um aspecto indissolúvel da ditadura da burguesia imperialista norte-americana branca. Os negros são uma das camadas do explorados mais espoliados e sacrificados pela burguesia monopolista. Mais uma vez se evidencia a barbárie capitalista contra os trabalhadores negros e imigrantes. É preciso dizer com clareza que esse crime racial é um reflexo da sociedade de classe. A revolta que se desencadeou assim que o tribunal inocentou o policial



assassino daria um enorme passo se se transformasse em um Tribunal Popular.

A cada seis dólares que possuem os brancos, os negros têm um. Segundo dados estadísticos de 2010, os brancos possuem seis vezes mais riquezas que os negros. Nesse mesmo período, os brancos obtiveram ganhos de 89 mil ao ano em média e os negros, 46 mil. No último período, logo após a eclosão da crise de 2008, os negros foram os mais afetados: seus ganhos despencaram 31%, enquanto que os dos brancos, 11%. Quanto à criminalização, os negros receberam sentenças 19,5 vezes maiores que a dos brancos, em situações semelhantes entre 2007 e fins de 2011. Os negros têm seis vezes mais possibilidades de irem para a cadeia que os brancos. Quanto ao acesso e permanência no ensino, os estudantes negros são suspensos e expulsos três vezes mais que os estudantes brancos. Em relação à moradia: 73,4% dos brancos têm casa própria, os negros, 43,2%. Os proprietários negros sofrem maior número de despejos devido a hipotecas executadas.

Os dados não param aí, mas são suficientes para demonstrar o quanto existe de opressão social e racial na maior potência capitalista. E o quanto os movimentos pequeno-burgueses em favor dos direitos civis de proteção aos explorados negros faliram diante da estrutura de classe e do domínio da burguesia branca. Eliminar toda forma de discriminação passou ser uma tarefa da revolução socialista.

O acirramento das contradições colocadas pela crise obrigará a burguesia norte-americana a aprofundar os ataques contra as massas. Nesse processo, as contradições de classe certamente evidenciarão a raiz social da



opressão racial. Eis por que as denúncias e reivindicações contra a opressão racial devem servir para impulsionar a luta de classes do proletariado pela derrubada do poder burguês, pela expropriação da grande propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social. Daí também a importância de expor as raízes de classe da opressão racial de forma a permitir a organização dos negros como parte do movimento operário norte-americano e mundial. Como ocorre em outras latitudes, a luta pelo fim de todas as formas de discriminação depende da classe operária e de sua vanguarda consciente construir o partido marxista-leninista-trotskista.

O Partido Operário Revolucionário denuncia no Brasil a arbitrariedade do tribunal burguês norte-americano, defende que os explorados constituam um Tribunal Popular, que puna os crimes da burguesia. O que se passa com os explorados negros norte-americanos sentimos em nossa própria pele. O racismo no Brasil também é uma das marcas mais odiosas. Por experiência própria, constatamos que a discriminação contra os negros – como todo tipo de discriminação – se origina na exploração do trabalho e na divisão de classe da sociedade. O POR entende que é parte do programa da revolução proletária a tarefa democrática de acabar com as diferenciações raciais e outras formas de discriminações. O fim da opressão do homem sobre o homem é a condição para o fim das discriminações. Começará a se extinguir assim que a classe operária tomar o poder da burguesia, iniciar a transição do capitalismo para o socialismo e se dirigir ao estágio superior mundial que é o comunismo.

**Abaixo a absolvição do assassino de Michael Brown!
Por um tribunal popular que faça justiça!
Pelo fim do racismo e de toda sorte de discriminação!**

25 de novembro de 2014